

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL
2020/2021**



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O APOIO SOCIAL NAS FORÇAS ARMADAS

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.

**José Joaquim Marques Chambel
Coronel de Administração Aeronáutica**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

O APOIO SOCIAL NAS FORÇAS ARMADAS

COR ADMAER José Joaquim Marques Chambel

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2020/2021



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

O APOIO SOCIAL NAS FORÇAS ARMADAS

COR ADMAER José Joaquim Marques Chambel

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2020/2021

Orientador: Capitão-de-mar-e-guerra, Nuno Filipe Cortes Lopes

Pedrouços 2021



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **José Joaquim Marques Chambel**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**O Apoio Social nas Forças Armadas**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Promoção a Oficial General 2020/2021** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas. Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 6 de maio de 2021

José Joaquim Marques Chambel
Coronel de Administração Aeronáutica



Agradecimentos

Não teria sido possível levar a cabo este trabalho sem a ajuda e a prestimosa colaboração de algumas pessoas que, de forma indelével, contribuíram para a sua concretização, aos quais reconhecidamente agradeço.

Em primeiro lugar, ao meu orientador, o Capitão-de-mar-e-guerra Nuno Cortes Lopes, pela permanente disponibilidade e sentido crítico com que me ajudou a trilhar este caminho. Da mesma forma, ao Tenente-Coronel Nuno Loureiro, pelo apoio prestado ao longo deste percurso, muito para além do que se refere à área da metodologia de investigação.

À Direção do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. e, em especial, ao Coronel Luís Pereira Nunes, Diretor de Ação Social Complementar, por todo o apoio disponibilizado, bem como aos responsáveis pelos órgãos de Apoio Social dos Ramos das Forças Armadas, pela colaboração prestada.

Também a todos os entrevistados, pela pronta disponibilidade manifestada e pelos valiosos contributos que permitiram sustentar o estudo realizado, bem como a todos os que responderam ao inquérito.

Aos camaradas auditores do Curso de Promoção a Oficial General 2020-2021, pela camaradagem e boa disposição, que tornaram este percurso mais agradável e cheio de boas recordações.

E naturalmente à minha família, em especial à minha mulher, Maria José, e aos meus filhos, Rafael e Pedro, pelo apoio incondicional e inexcedível compreensão pelos longos períodos de ausência, não só durante a realização deste curso como em muitos outros momentos ao longo da minha carreira.

A todos o meu profundo agradecimento.



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico e concetual	4
2.1. Revisão da literatura e principais conceitos estruturantes	4
2.1.1. O apoio social e a Condição Militar (CM)	4
2.1.2. Entidades com atribuições no âmbito do apoio social à Família Militar	4
2.1.3. Atribuições do IASFA	5
2.1.4. Caracterização do conceito de ação social complementar	6
2.2. Modelo de análise	8
3. Metodologia e método	9
3.1. Metodologia	9
3.2. Método	9
3.2.1. Participantes e procedimento	9
3.2.2. Instrumentos de recolha de dados	10
3.2.3. Técnicas de tratamento de dados	10
4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados	11
4.1. Análise da ação social complementar disponibilizada à Família Militar	11
4.1.1. A ação social complementar nos Ramos das Forças Armadas	11
4.1.2. O IASFA no apoio à Família Militar	12
4.1.3. Síntese conclusiva e resposta à QD1	18
4.2. Perceção dos militares sobre a ação social complementar	19
4.2.1. Análise e interpretação dos dados do inquérito	19
4.2.2. Síntese conclusiva e resposta à QD 2	20
4.3. A ação social complementar nas congéneres nacionais	21
4.3.1. Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana	21
4.3.2. Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública	22
4.3.3. Serviços Sociais da Administração Pública	23
4.3.4. Síntese conclusiva e resposta à QD3	23
4.4. Contributos para melhorar a ação social complementar à Família Militar	24



4.4.1. Proposta de alteração.....	24
4.4.2. Síntese Conclusiva e resposta à QC	29
5. Conclusões	30
Referências Bibliográficas.....	34

Índice de Anexos

Anexo A — Estrutura Orgânica do IASFA.....	Anx A-1
--	---------

Índice de Apêndices

Apêndice A — Percurso histórico do IASFA.....	Apd A-1
Apêndice B — Valências da ASC asseguradas pelo IASFA	Apd B-1
Apêndice C — Entrevistas aos responsáveis pelo AS nos Ramos FFAA.....	Apd C-1
Apêndice D — Inquérito por questionário “Apoio Social nas Forças Armadas”	Apd D-1
Apêndice E — Guião de entrevista	Apd E-1
Apêndice F — Resumo estatístico dos resultados do inquérito.....	Apd F-1
Apêndice G — Comparativo das valências do IASFA face às congêneres.....	Apd G-1
Apêndice H — Síntese das entrevistas realizadas	Apd H-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Modelo de análise	8
Figura 2 – Apoio disponibilizado pelos Ramos das FFAA, no âmbito da ASC	11
Figura 3 – Caracterização dos beneficiários da ASC do IASFA.....	12
Figura 4 – Património imobiliário do IASFA.....	12
Figura 5 – Atividade de apoio à infância.....	13
Figura 6 – Variação dos apoios financeiros concedidos	13
Figura 7 – Défice da ASC entre 2015 e 2019.....	15
Figura 8 – Transferências do OdE para a ASC	15
Figura 9 – Investimento no património	16
Figura 10 – Despesas e receitas por CAS.....	17
Figura 11 – Receitas e despesas por resposta social.....	17
Figura 12 – Estrutura Orgânica do IASFA.....	Anx A-1
Figura 13 – Área de residência (Q8)	Apd F-1



Figura 14 – Responsabilidade pelo apoio social (Q10).....	Apd F-1
Figura 15 – Percepção do militar quanto à natureza do apoio (Q9).....	Apd F-1
Figura 16 – Entidade a quem o militar recorreria em primeiro lugar (Q12)	Apd F-1
Figura 17 – Grau de importância das valências de ASC (Q13).....	Apd F-1
Figura 18 – Grau de importância da ASC, perante a evolução demográfica (Q23)...	Apd F-1
Figura 19 – Grau de importância da ASC, perante a redução das pensões (Q25).....	Apd F-2
Figura 20 – Informação prestada pelo Ramo (Q15)	Apd F-2
Figura 21 – Informação prestada pelo IASFA (Q17)	Apd F-2
Figura 22 – Percepção do militar quanto à ASC disponibilizada pelo Ramo (Q14)....	Apd F-2
Figura 23 – Percepção do militar quanto à ASC disponibilizada pelo IASFA (Q16)..	Apd F-2
Figura 24 – Percepção do militar quanto à resposta do Ramo (Q18).....	Apd F-3
Figura 25 – Percepção do militar quanto à resposta do IASFA (Q19).....	Apd F-3
Figura 26 – Quem deve financiar a ASC (Q20)	Apd F-3
Figura 27 – Possibilidade dos militares contratados beneficiarem da ASC (Q22)	Apd F-3
Figura 28 – Disponibilidade do militar para pagar uma quota para a ASC (Q21).....	Apd F-3

Índice de Quadros

Quadro 1 – Lista de entrevistados	9
Quadro 2 – Percorso histórico do IASFA.....	Apd A-1
Quadro 3 – Valências da ASC asseguradas pelo IASFA	Apd B-1
Quadro 4 – Entrevistas aos responsáveis pelo AS nos Ramos FFAA.....	Apd C-1
Quadro 5 – Comparativo das valências do IASFA face às congéneres nacionais	Apd G-1
Quadro 6 – Síntese das entrevistas realizadas	Apd H-1



Resumo

Remontam há quase dois séculos as primeiras iniciativas na proteção social aos militares, dando origem ao que é hoje o Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA), principal responsável pelo apoio social aos militares e suas famílias, previsto na Lei de Bases Gerais e no Estatuto da Condição Militar.

As mudanças ocorridas no passado recente, ao nível da missão atribuída e no modelo de financiamento, conduziram o IASFA a uma situação de extrema dificuldade financeira, com repercussões no apoio prestado à Família Militar.

Recorrendo a uma estratégia de investigação mista, através da análise documental e legislativa, da realização de um inquérito por questionário e da análise comparativa efetuada às congéneres nacionais do IASFA, este estudo permitiu identificar oportunidades para melhorar a ação social complementar a prestar à Família Militar.

Como corolário da análise efetuada foi formulado um conjunto de propostas, consolidadas por um estudo de opinião realizado a altos responsáveis da estrutura superior das Forças Armadas e outras entidades de relevo, que se entende poderem contribuir para atingir o objetivo proposto, com especial enfoque para a estabilização do financiamento da ação social complementar, a dinamização das valências disponibilizadas e aproximação dos beneficiários ao IASFA.

Palavras-chave

Forças Armadas, Defesa Nacional, IASFA, Apoio Social, Ação Social Complementar, Condição Militar.



Abstract

Early initiatives of social protection for the military date back almost two centuries, subsequently originating the Armed Forces Social Action Institute, I.P. (IASFA), the main responsible for the welfare of military personnel and their families, as determined in the General Basic Law and the Statute of Military Condition.

Changes made in the recent past, in terms of the mission assigned and in its financing model, have led IASFA to extreme financial difficulty, reverberating in the support it provides to the military community.

Resorting to a strategy of mixed investigation, through documentary and legislative analysis, implementing a questionnaire survey and comparative analysis along with the national counterparts of IASFA, this study identified opportunities for the improvement of the complementary welfare to be provided to the military community.

As corollary of the analysis, a set of proposals was formulated, consolidated by an opinion study carried out by senior officials from the highest ranks of the military and other relevant entities, understood as able to contribute to achieving the proposed objective, with special focus on stabilizing the financing of complementary welfare, on stimulating the skillset made available and on bringing beneficiaries closer to IASFA.

Keywords

Portuguese Armed Forces, National Defense, Military Social Welfare, Military Condition.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ADM	– Assistência na Doença dos Militares das Forças Armadas
AP	– Administração Pública
AS	– Apoio Social
ASC	– Ação Social Complementar
ATL	– Atividade de Tempos Livres
CAS	– Centro de Apoio Social
CC	– Conselho consultivo
CD	– Conselho diretivo
CM	– Condição Militar
CLIMS	– Comité de Ligação Internacional dos Organismos Militares Sociais
CPFA	– Cofre de Previdência das Forças Armadas
CPL	– Casa Pia de Lisboa
CPOG	– Curso de Promoção a Oficial-General
DAS	– Direção de Apoio Social
DGRDN	– Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional
DIREC	– Divisão de Recursos do Estado-Maior-General das Forças Armadas
DSP	– Direção de Serviço de Pessoal do Exército
ECM	– Estatuto da Condição Militar
EMGFA	– Estado-Maior-General das Forças Armadas
ERPI	– Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
EUROSTAT	– Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FA	– Força Aérea
FF	– Fonte de Financiamento
FFAA	– Forças Armadas
FM	– Família Militar



GNR	– Guarda Nacional Republicana
HRIM	– Hospital Real dos Inválidos Militares
IAS	– Indexante de Apoio Social
IASFA	– Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P.
IP	– Instituto Público
IPSS	– Instituição Particular de Solidariedade Social
IUM	– Instituto Universitário Militar
LBGECM	– Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar
LBGSS	– Lei de Bases Gerais do Sistema de Segurança Social
LQIP	– Lei-Quadro dos Institutos Públicos
LQSASC	– Lei-Quadro do Sistema de Ação Social Complementar
MDN	– Ministério da Defesa Nacional
MF	– Ministério das Finanças
NCP	– Norma de Contabilidade Pública
OE	– Objetivo Específico
OdE	– Orçamento do Estado
OG	– Objetivo Geral
PE	– Plano Estratégico
PRR	– Plano de Recuperação e Resiliência
PSP	– Polícia de Segurança Pública
QC	– Questão Central
QD	– Questão Derivada
	– Quadros Permanentes
QP	
RGPD	– Regulamento Geral sobre Proteção de Dados
RGSS	– Regime Geral da Segurança Social



SAS	– Serviços de Ação Social
SFA	– Serviços e Fundos Autónomos
SegS	– Segurança Social
SS	– Serviços Sociais
SSAP	– Serviços Sociais da Administração Pública
SSFA	– Serviços Sociais das Forças Armadas
SSGNR	– Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana
SSPSP	– Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública
TdC	– Tribunal de Contas
TII	– Trabalho de Investigação Individual
UE	– União Europeia
UF	– Unidade Funcional



1. Introdução

As primeiras iniciativas no âmbito da proteção social em Portugal, tanto no campo individual como familiar, remontam aos finais do século XV, com a fundação da primeira Irmandade da Misericórdia, pela Rainha D. Leonor, em 1498, a que se seguiu a criação de muitas outras que se foram multiplicando por todo o país (UMP, 2020). Mais tarde, em finais do século XVIII, foi fundada a Casa Pia de Lisboa (CPL), constituindo-se como a primeira entidade no âmbito da assistência pública (CPL, 2020).

No meio militar, embora tenham existido anteriormente outras iniciativas, nomeadamente, para apoio a órfãos e viúvas dos militares, os denominados Montepios, pode-se considerar que a génese do apoio social (AS) remonta ao início do século XIX, com a criação do Hospital Real dos Inválidos Militares (HRIM), onde atualmente funciona o Centro de Apoio Social (CAS) de Runa, cuja fundação e patrocínio se deveu à Princesa D^a Maria Francisca Benedita, no ano de 1827 (Reis, 2008).

Desde então, surgiram diversos organismos de idêntica natureza, aumentando as respostas sociais de apoio aos militares, de cuja fusão resultou a criação, em 1958, dos Serviços Sociais das Forças Armadas (SSFA), através da publicação do Decreto-Lei n.º 42072/58, de 31 de dezembro.

Em 1993, os SSFA transitam da estrutura do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) para a dependência do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e, em 1995, assumem nova denominação, com a criação do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA), pela publicação do Decreto-Lei n.º 284/95, de 30 de outubro.

De acordo com o diploma que aprovou a sua atual orgânica, Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, na sua redação atual, o IASFA tem atribuídas duas componentes de missão: gerir o sistema de assistência na doença dos militares (ADM) das Forças Armadas (FFAA) e garantir a ação social complementar (ASC) aos seus beneficiários, que são, na sua larga maioria, os militares dos quadros permanentes (QP) das FFAA, nas situações de ativo, reserva e reforma e respetivos familiares.

Mas, se os fundamentos que estiveram na origem das primeiras iniciativas de AS aos militares tiveram por base a caridade e a benemerência, a situação atual é bem diferente. O AS passou a estar previsto na lei como um direito, concretamente na Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (LBGECM), Lei n.º 11/89, de 1 de junho, que consagra, no seu art.º 15.º, o AS como um dos “especiais direitos” que “são devidos” e que devem ser



garantidos “aos militares e suas famílias”, para compensar “a natureza e as características da respetiva condição”.

Mas será que o AS prestado à família militar corresponde às expectativas dos militares e, sobretudo, cumpre com a responsabilidade assumida pelo Estado de garantir que o mesmo é efetivamente disponibilizado à Família Militar (FM)?

Apesar dos Ramos das FFAA desenvolverem diversas ações no âmbito do AS, em prol dos seus militares, no que respeita à ASC é o IASFA que tem competências atribuídas e está vocacionado para prestar este tipo de apoio.

Nos últimos anos, a situação financeira do IASFA tornou-se bastante preocupante, particularmente, desde 2005, altura em que assumiu a gestão da ADM, com a publicação do Decreto-Lei n.º 167/2005, 23 de setembro.

Essa situação é transversal a praticamente todas as atividades que desenvolve. No que respeita à ASC, verifica-se, cumulativamente, um financiamento insuficiente, inadequada rentabilização do seu património e das valências de que dispõe e um afastamento dos beneficiários, sobretudo os mais jovens, relativamente à instituição (TdC, 2019).

Face ao que antecede, facilmente se percebe a pertinência e atualidade deste tema. Em primeiro lugar, importa perceber se existem constrangimentos na ASC atualmente disponibilizada e qual a perceção dos militares relativamente ao apoio que lhes é prestado, para que, complementando com uma análise à ASC nas congéneres nacionais do IASFA, possam ser identificadas oportunidades de melhoria na ASC a disponibilizar à FM.

Assim, o objeto da investigação deste trabalho de investigação individual (TII) é “O modelo de ação social complementar implementado nas FFAA”, que decorre do Estatuto da Condição Militar (ECM).

Dada a amplitude do objeto de estudo, o trabalho está delimitado em três domínios: tempo, espaço e conteúdo (Santos & Lima, 2019, p.41), conforme a seguir se discrimina:

- No domínio temporal, a investigação centra-se na atualidade, perspetivando o futuro.
- Em termos de espaço, o estudo desenvolve-se em Portugal e tem como alvo o IASFA, os Ramos das FFAA, os militares das FFAA, nas situações de ativo e reserva, e outros modelos de ASC, no plano nacional;
- No que respeita ao conteúdo, será considerada a ASC disponibilizada à família militar à luz do previsto no ECM.

Nesta medida, estabeleceu-se como objetivo Geral (OG) da investigação: *Formular contributos para melhorar a ação social complementar a prestar à família militar.*



Como objetivos específicos (OE):

OE1: Analisar a ação social complementar disponibilizada à Família Militar;

OE2: Analisar as percepções dos militares sobre a ação social complementar;

OE3: Analisar a ação social complementar em congêneres nacionais.

No seu conjunto vão procurar responder à questão central (QC) da investigação: *De que forma pode ser melhorada a ação social complementar a prestar à família militar?*

O trabalho está organizado no formato de artigo científico, composto por cinco capítulos, sendo este primeiro respeitante à introdução, onde abreviadamente se enquadra a problemática em estudo.

O segundo capítulo destina-se à revisão da literatura, apresentação do enquadramento legislativo, principais conceitos estruturantes e o modelo de análise.

No terceiro capítulo, serão apresentados a metodologia e o método, participantes e procedimentos presentes na investigação.

No quarto capítulo proceder-se-á à análise dos dados, discussão dos resultados e respondidas as questões da investigação.

Finalmente, no quinto capítulo, serão apresentadas as conclusões, contributos para o conhecimento, limitações ao estudo e recomendações para investigações futuras.



2. Enquadramento teórico e concetual

Neste capítulo apresenta-se a revisão da literatura, os principais conceitos estruturantes e o modelo de análise.

2.1. Revisão da literatura e principais conceitos estruturantes

2.1.1. O apoio social e a Condição Militar (CM)

A CM, caracterizada no art.º 2.º da LBGECM (Lei n.º 11/1989), impõe especiais deveres aos militares, tais como a “permanente disponibilidade para lutar em defesa da Pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida” e “permanente disponibilidade para o serviço”, estipulando a restrição constitucionalmente prevista, do exercício de alguns direitos e liberdades (art.º 7.º).

Para compensar os militares pela “natureza e as características da respetiva condição [militar]”, o art.º 15.º da LBGECM, estipula:

[...] É garantido aos militares e suas famílias, de acordo com as condições legalmente estabelecidas, um sistema de assistência e proteção, abrangendo, designadamente [...] apoio social.

Prevê, igualmente, o Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio (art.º 25.º), que “o militar tem, nomeadamente, direito: [...] g) A beneficiar [...], para si e para a sua família, [...] proteção e apoio social [...]” e (art.º 121.º) “aos membros do agregado familiar do militar é garantido o direito [...] e apoio social”.

2.1.2. Entidades com atribuições no âmbito do apoio social à Família Militar

O Decreto-Lei n.º 284/95 alterou a dependência orgânica do IASFA, do EMGFA para o MDN, com o propósito de potenciar o reforço da componente operacional do EMGFA e dos Ramos, transferindo para o MDN tudo o que não contribuisse diretamente para essa vertente, chamando a si a responsabilidade pelo AS, assumindo “como prioritária a melhoria do apoio à família militar”.

Contudo, o EMGFA e os Ramos das FFAA mantiveram atribuições no âmbito do AS, materializando a responsabilidade inerente ao dever de tutela.

No EMGFA, embora não estejam previstas atribuições específicas neste âmbito, o Decreto-Regulamentar n.º 13/2015, de 31 de julho (art.º 36.º, alínea f)), atribui à Divisão de Recursos (DIREC) competências para “coordenar o processo de elaboração de propostas legislativas ou regulamentares na área de pessoal”.

Na Marinha, compete à Direção de Apoio Social (DAS), “Propor a celebração de protocolos na área do apoio social e bem-estar”, “gerir a utilização dos meios, serviços e



equipamentos atribuídos ao bem-estar e apoio social dos militares, (...) e seus agregados familiares” (Decreto-Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de julho, art.º 28.º).

No Exército, o Decreto-Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho (art.º 27.º), atribui à Direção de Serviço de Pessoal (DSP), competências para “propor, dirigir e coordenar a execução das atividades desenvolvidas no âmbito do apoio social, do moral e bem-estar” e “Desenvolver programas de apoio social”.

Na Força Aérea (FA), compete ao Serviço de Ação Social (SAS), “promover o bem-estar social e assegurar o apoio social do pessoal da Força Aérea” (Decreto-Regulamentar n.º 12/2015, de 31 de julho, art.º 19º).

Ao nível político, compete à Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional (DGRDN) “estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política no âmbito do apoio social” (Decreto Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho, art.º 2.º).

2.1.3. Atribuições do IASFA

O diploma que deu origem à criação dos SSFA (Decreto-Lei nº 42072/58) determinou a agregação, nesta entidade, da maioria dos organismos das FFAA com atribuições no AS, constituindo o que é hoje o IASFA, com as suas múltiplas capacidades, cujo percurso histórico se encontra resumido no Apêndice A.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 167/2005, o IASFA assumiu a gestão da ADM, resultante da fusão dos anteriores sistemas de assistência na doença existentes nos Ramos das FFAA.

Com a aprovação do Decreto-Lei n.º 215/2009, de 4 de setembro, numa lógica de alinhamento com a Lei Quadro dos Institutos Públicos (LQIP), Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, assume a personalidade de Instituto público (IP).

Em 2012, viu aprovado o seu atual diploma orgânico (Decreto-lei n.º 193/2012), entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 35/2016, de 29 de junho, que define como missão: a gestão da ADM e garantir e promover a ASC dos seus beneficiários (art.º 3.º). A sua atual estrutura orgânica (Anexo A) foi aprovada pela Portaria n.º 189/2013, de 22 de maio.

No âmbito da ASC, tem como atribuições (Decreto-lei n.º 193/2012, art.º 3.º):

- a) Assegurar ações de bem-estar social dos beneficiários;
- c) Promover a satisfação de necessidades sociais não cobertas por outros sistemas de assistência social;
- d) Promover, em colaboração com outras entidades ou serviços, a articulação e harmonização dos esquemas de prestações de ASC.



Por ordem de prioridades, a ASC concretiza-se, através de:

- Equipamentos sociais, nomeadamente, de apoio à velhice;
- Apoio domiciliário;
- Apoio à habitação, concretamente, através da promoção do arrendamento social;
- Comparticipações financeiras.

Tem ainda como atribuições, “outras ações que visem assegurar o bem-estar social dos beneficiários” designadamente, “atividades de lazer”, de “turismo e de férias”, “alojamento temporário individual” e “serviços de restauração”, as quais deverão ter retorno financeiro positivo ou neutro (art.º 3º, n.º 4).

Finalmente, o n.º 5, atribui a competência de “garantir as ações de âmbito social consagradas no estatuto do extinto Cofre de Previdência das Forças Armadas (CPFA)”.

Para levar a cabo a sua missão, além da estrutura nuclear, o IASFA conta com 12 CAS, cinco de nível¹ I e sete de nível II, e com um Centro de repouso², que garantem as valências identificadas no Apêndice B.

2.1.4. Caracterização do conceito de ação social complementar

Os esquemas de proteção social encontram as suas origens na Alemanha de Bismarck nos finais do século XIX, com a criação do primeiro sistema de reformas, como forma de redução das incertezas sociais (Mozzicafreddo, 1994, p.17).

O modelo francês privilegiou o fornecimento de recursos aos mais desfavorecidos, numa lógica de assistência residual, enquanto o modelo inglês, inspirado no relatório Beveridge (1942), introduz a garantia de proteção económica dos rendimentos regulares dos indivíduos, em caso de velhice, doença, desemprego e invalidez (Mozzicafreddo, 1994, p.17).

Inspirado no modelo inglês, surge na Europa do pós-guerra o modelo do Estado-providência, com cinco áreas principais de ação por parte do Estado na construção de uma política social, envolvendo a educação, a saúde, a habitação, a segurança social e a ação social (Pequito 2009, p.18).

Em Portugal o Estado-providência evolui dum modelo que vigorou ao longo do período do Estado-Novo, assente em coberturas de riscos sociais clássicos, como a

¹ O nível do CAS é determinado pelas valências de que dispõe. CAS de nível I: Lisboa, Porto, Oeiras, Runa e Alfeite. Os restantes CAS são de nível II.

² CEREPASA – Centro de Repouso de Porto Santo, considerado de nível II.



substituição de rendimento em caso de velhice, invalidez, e sobrevivência, que vigorou até à Revolução do 25 de Abril de 1974, após o que foram introduzidas alterações profundas, com aumento das despesas sociais públicas e o reforço da solidariedade fiscal associada (Pereirinha & Carolo, 2006, p.1-3).

O Estado-Providência torna-se então mais pluralista, assente num sistema institucional redistributivo, com tendências para a diversificação, no sentido de instituir na esfera social esquemas complementares, assumindo uma ação de regulação e orientação macroeconómica e de autonomização da esfera privada (Mozzicafreddo, 1994, p.27).

Com a primeira Lei de Bases Gerais da Segurança Social (LBGSS), Lei 28/84, de 14 de agosto, são definidos os princípios do sistema de segurança social nacional, que prevê a criação de esquemas complementares das prestações garantidas pelo regime geral, estando na base da primeira Lei-quadro do Sistema de Ação Social Complementar (LQSASC), Decreto-Lei n.º 194/91, de 25 de maio.

A LQSASC, uniformizou a atuação dos vários serviços sociais existentes na Administração Pública (AP), pelos princípios da “uniformização”, “generalização”, “adequação” e “não acumulação”, visando a concessão de benefícios com caráter de complementaridade ou substituição, relativamente ao regime geral.

Em 2007, é publicada a atual LBGSS, Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que estabelece os princípios gerais do sistema de proteção social nacional (art.º 22.º), que compreende três subsistemas: “sistema de proteção social de cidadania”, o “sistema previdencial” e o “sistema complementar” (art.º 23.º).

No mesmo ano é publicada a atual LQSASC, Decreto-Lei n.º 122/2007, de 27 de abril, dando seguimento aos princípios orientadores do diploma anterior, cria os Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP) e estabelece as áreas abrangidas que consubstanciam o conceito de ASC, concretamente: “apoio a crianças, jovens, idosos e deficientes”; “apoio nas despesas de educação”; “apoio socioeconómico em situações socialmente gravosas e urgentes”; “fornecimento de refeições”; “atividades de animação sociocultural”; “atividades de ocupação de tempos livres”; e “ações de prevenção, promoção e vigilância da saúde dos beneficiários” (art.º 2.º).



2.2. Modelo de análise

A investigação desenvolve-se de acordo com o seguinte modelo de análise:

Objeto	Modelo de Ação Social Complementar implementado nas FFAA.				
Delimitação	Temporal	Espacial			Conteúdo
	Do presente para o futuro	IASFA e Ramos das FFAA, Militares das FFAA Outros modelos de ASC no plano nacional			Ação Social Complementar, decorrente do ECM
Estratégia		Mista			
Raciocínio		Indutivo			
Design de pesquisa		Transversal			
Objetivo Geral	Formular contributos para melhorar a ação social complementar a prestar à família militar				
Objetivos Específicos	Questão Central	De que forma pode ser melhorada a ação social complementar a prestar à família militar?			
	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de recolha de dados
OE1 Analisar a ação social complementar disponibilizada à Família Militar.	QD1 Como se caracteriza a ação social complementar disponibilizada à Família Militar?	Ação Social Complementar à Família Militar	Organização		Análise documental
			Financiamento		
			Valências		
OE2 Analisar as perceções dos militares sobre a ação social complementar.	QD2 Quais as perceções dos militares sobre a Ação Social Complementar?		Organização	Q9, Q10, Q11, Q12, Q15, Q17, Q18, Q19	Inquérito por questionário
			Financiamento	Q20, Q21, Q22	
			Valências	Q13, Q14, Q16, Q23, Q24, Q25, Q26	
			Comunicação e Informação	Q14, Q15, Q16, Q17, Q18, Q19	
OE3 Analisar a ação social complementar em congéneres nacionais.	QD3 Como se caracteriza a ação social complementar nos SSGNR, SSPSP e SSAP?		Organização		Análise documental
			Financiamento		
			Valências		

Figura 1– Modelo de análise



3. Metodologia e método

De seguida, serão apresentados a metodologia e o método seguidos na investigação.

3.1. Metodologia

O estudo objeto deste trabalho enquadra-se no âmbito das Ciências Militares na área de estudos do Comportamento Humano e Saúde em Contexto Militar. Metodologicamente, a investigação segue um raciocínio indutivo, assente numa estratégia de investigação mista e um desenho de pesquisa do tipo transversal (Santos & Lima, 2019).

3.2. Método

3.2.1. Participantes e procedimento

Participantes. Foram entrevistados os responsáveis máximos pelo AS nos Ramos das FFAA (Apêndice C) e consultados os respetivos Portais de internet.

Foi aplicado um inquérito por questionário aos militares dos QP das FFAA (Apêndice D), na situação de ativo e reserva, não tendo sido estendido aos militares da reforma por limitações atinentes ao Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD). Responderam ao inquérito 956 militares, 928 do ativo e 28 da reserva, correspondendo a 5,75% e 0,9%, respetivamente, do universo considerado, que neste período comportava 16127 militares no ativo, 3112 na reserva e 22264 na reforma (IASFA, E-mail, 11 de fevereiro de 2021).

Finalmente, foram efetuadas dez³ entrevistas semiestruturadas a altos responsáveis da estrutura superior das FFAA e outras entidades que se entendeu ser pertinente incluir no estudo, identificados no Quadro 1.

Quadro 1 - Lista de entrevistados

Código	Cargo/Função	Posto e Nome
E1	Ex-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas	General Luís Valença Pinto
E2	Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada	Vice-Almirante Jorge Novo Palma
E3	Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército	Tenente-General Rui Guerra Pereira
E4	Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea	Tenente-General Manuel Rafael Martins
E5	Presidente do Conselho Diretivo do IASFA, I.P.	Tenente-General Fernando Campos Serafino
E6	Superintendente do Pessoal da Marinha	Vice-Almirante Vladimiro Neves Coelho
E7	Comandante de Pessoal do Exército	Tenente-General José Fonseca e Sousa
E8	Ex-Diretor-Geral de Recursos de Defesa Nacional	Dr. Alberto Rodrigues Coelho
E9	Presidente da Associação Oficiais das Forças Armadas	Tenente-Coronel António Costa Mota
E10	Presidente da Associação Nacional de Sargentos	Sargento-Mor António Lima Coelho

³ Quantitativo enquadrado na dimensão da amostra (6-10) de “informantes com alguma excecionalidade” (Rego, Cunha, & Meyer, 2019, p. 53).



Procedimentos. O inquérito, divulgado nas plataformas de correio eletrónico dos Ramos das FFAA, decorreu entre 15 de janeiro e 22 de fevereiro de 2021. Os participantes foram informados do objetivo da investigação e foi acautelado o anonimato e confidencialidade das respostas.

As entidades entrevistadas foram previamente informadas dos objetivos do estudo e das questões a efetuar.

3.2.2. Instrumentos de recolha de dados

A recolha de dados incidiu na consulta da legislação e documentação, incluindo páginas da internet, relativa à ASC no IASFA, nas FFAA e nas congéneres nacionais, concretamente, nos Serviços Sociais (SS) da Guarda Nacional Republicana (GNR), SS da Polícia de Segurança Pública (PSP) e SSAP.

O inquérito, aplicado através da plataforma *Google Forms*, pretendeu avaliar a perceção dos militares relativamente à ASC disponibilizada.

Para as entrevistas semiestruturadas, foi utilizado o guião em Apêndice E.

3.2.3. Técnicas de tratamento de dados

O inquérito foi analisado com recurso à ferramenta *Google Forms*, através de estatística descritiva e medidas de tendência central.

A documentação recolhida e as entrevistas realizadas, foram analisadas seguindo os métodos clássicos de análise de conteúdos, propostos por Guerra (2006 cit. por Santos & Lima, 2019, p. 122), compreendendo, a transcrição, leitura, construção de sinopses, análise descritiva e interpretativa dos dados.



4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados

Neste capítulo serão respondidas as questões da investigação.

4.1. Análise da ação social complementar disponibilizada à Família Militar

4.1.1. A ação social complementar nos Ramos das Forças Armadas

Embora a realidade seja diferente entre os Ramos, a atividade desenvolvida centra-se, fundamentalmente, no atendimento, aconselhamento e acompanhamento social, (Apêndice C). Na Marinha, conforme referido por B. Gaspar (Entrevista por videoconferência, 20 de novembro de 2020), “todos os pedidos são centralizados na DAS”. No Exército, “a DSP centraliza o planeamento e coordenação, sendo as Unidades responsáveis pela execução” (P. Santos, entrevista por videoconferência, 28 de dezembro de 2020). Na FA, o SAS coordena e apoia a atividade desenvolvida pelos Gabinetes de Ação Social das Unidades, atividades que, centralizadamente, também desenvolve (J. Severiano, entrevista presencial, 08 de dezembro de 2020).

Os três Ramos possuem variados protocolos com entidades externas, em matérias como educação, turismo e lazer, apoio domiciliário, restauração, entre outros, com maior incidência nas zonas metropolitanas. Não possuem, regra geral, equipamentos dedicados à ASC, reconhecendo que essa competência está atribuída ao IASFA, embora possuam capacidades pontuais (Figura 2).

Valências incluídas no âmbito da ASC		Marinha	Exército	Força Aérea
Infância	Jardim de Infância	-	-	X ¹
Ação Social	Acompanhamento Social	X	X	X
	Protocolos diversos	X	X	X
Tempos Livres	Alojamento Temporário Lazer	X ²	X ³	X ⁴
	Atividades Recreativas	X ⁵	-	X ⁵
Apoio ao Beneficiário	Atendimento ASC	X	X	X
¹ Apenas na BA-11, Beja, pertencente a uma associação de pais, militares, apoiada pela Unidade.				
² Uma instalação em Ponta Delgada e utilizam as instalações da Autoridade Marítima, existentes nos faróis.				
³ Através das Messes do Exército, em: Lisboa, Caxias, Porto, Évora, Faro, Lagos e Tavira.				
⁴ Em habitação ou alojamento, em diversas Unidades do continente e na Ilha Terceira, Açores.				
⁵ Atividade de tempos livres (ATL), para filhos dos militares (férias escolares - Verão).				

Figura 2 – Apoio disponibilizado pelos Ramos das FFAA, no âmbito da ASC

Fonte: Compilado a partir do Apêndice C.

Assim, a análise da ASC incidiu sobre a atividade do IASFA, sendo a capacidade existente nos Ramos encarada como extraordinária ou complementar.



4.1.2. O IASFA no apoio à Família Militar

As atividades de ASC do IASFA são desenvolvidas, principalmente, através dos CAS, em prol dos seus beneficiários, que no final de 2019 tinham a seguinte caracterização:

Beneficiários	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA, I.P.	Total
Titulares					
Militares QP	15401	15312	8594	0	39307
Militarizados	1721	352	0	0	2073
Deficientes	156	2070	157	0	2383
Civis	35	137	27	140	339
Total	17313	17871	8778	140	44102
Familiares					
Cônjuges	13790	15782	7183	23	36778
Descendentes	12002	10774	6468	1	29245
Outros	236	165	111	0	512
Total	26028	26721	13762	24	66535
Total	43341	44592	22540	164	110637

Figura 3 – Caracterização dos beneficiários da ASC do IASFA

Fonte: IASFA (2020b).

4.1.2.1. Valências no âmbito da ação social complementar

As valências disponibilizadas estão identificadas no Apêndice B. Além das infraestruturas de suporte, afetas aos CAS e serviços centrais, o IASFA possui um vasto património constituído por 159 edifícios, composto por 2155 frações (Figura 4), a maioria (1793) dedicada ao arrendamento social de renda económica (IASFA, 2020b). A falta de investimento em infraestruturas tem provocado o aumento das habitações devolutas (TdC, 2019, p. 82), estando atualmente 548 nesta condição.

Tipologia	Renda Económica		Renda Livre		Porteiras/Protocolos		Total de Frações		TOTAL
	Ocup.	Devol.	Ocup.	Devol.	Ocup.	Devol.	Ocup.	Devol.	
Antenas Comunicações			5				5	0	5
Arrecadação	5		2	11			7	11	18
Espaço Comercial			80	19	7		87	19	106
Garagem	21	6	23	14			44	20	64
Parqueamento	45	10	21	35	4		70	45	115
Porteira			18	3			18	3	21
Sótão			3	1			3	1	4
T0- Estúdio	4	5	3	5			7	10	17
T1 - 2 Assoalhadas	38	9	27	20			65	29	94
T2 - 3 Assoalhadas	250	75	75	43	1		326	118	444
T3 - 4 Assoalhadas	510	194	41	32			551	226	777
T4 - 5 Assoalhadas	138	50	37	35			175	85	260
T5 - 6 Assoalhadas	84	34	16	40			100	74	174
T6 - 7 Assoalhadas	17	4	5	2			22	6	28
Apartamentos Autónomos	23	5					23	5	28
TOTAL	1135	392	356	260	12	0	1503	652	2155
	1527		616		12		2155		

Figura 4 – Património imobiliário do IASFA

Fonte: (IASFA, 2020b, p.29).



As Unidades Funcionais (UF) das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), existentes nos CAS do Porto, Oeiras e Runa, com uma capacidade total para 495 utentes, registavam, em 2019, uma taxa de ocupação próxima dos 90%, com 1519 candidatos em lista de espera (IASFA, 2020b), sendo a sua utilização plena limitada pela falta de pessoal (TdC, 2019, p. 91).

A valência “apoio domiciliário” não foi concretizada, essencialmente, por falta de recursos humanos (IASFA, 2020b), existindo protocolos com diversas empresas, às quais os beneficiários podem recorrer (IASFA, 2021).

As valências de “apoio à infância” existem apenas no CAS do Alfeite, cuja utilização tem vindo a reduzir ao longo dos últimos anos (Figura 5).

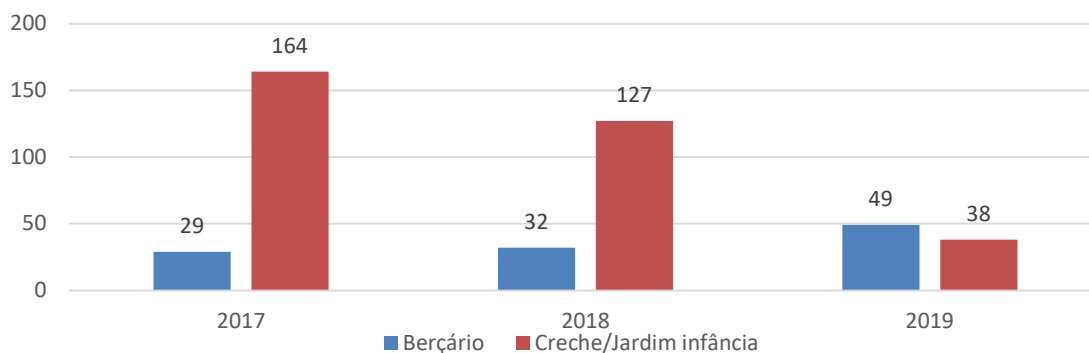


Figura 5 – Atividade de apoio à infância

Fonte: IASFA (2019) e IASFA (2020b).

Os apoios financeiros têm, igualmente, decrescido (Figura 6), por diminuição de candidaturas, face aos critérios de atribuição (IASFA, 2020b), mas também, pela menor capacidade financeira para os atribuir (TdC, 2019, p. 125). Em 2019, foram apoiados 669 beneficiários, num total de 683.023€.

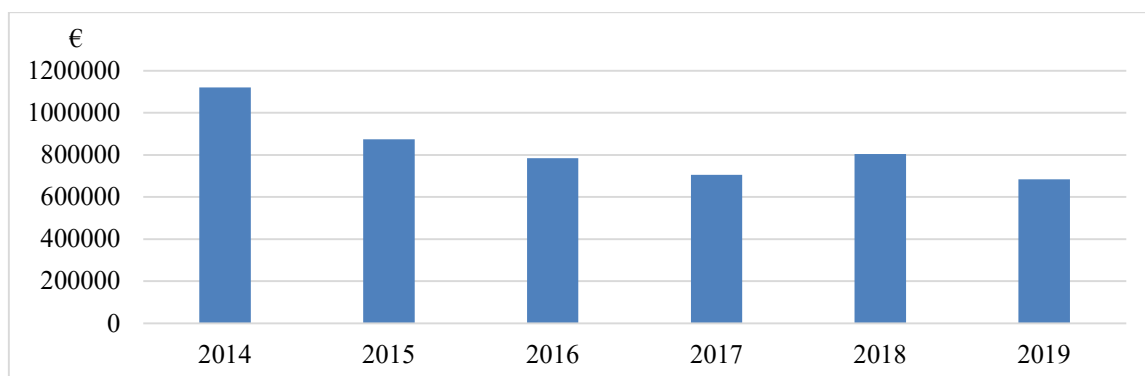


Figura 6 – Variação dos apoios financeiros concedidos

Fonte: TdC (2019) e IASFA (2020b).



Relevam-se ainda os seguintes indicadores de atividade, registados em 2019 (IASFA, 2020b): 779 “eventos culturais”; 3377 pernoitas em “alojamento “temporário”; 865.635 “refeições fornecidas”; 15 utentes em “residências universitárias”; 96 “protocolos” existentes. O “turismo social”, ao abrigo do intercâmbio do Comité de Ligação Internacional dos Organismos Militares Sociais (CLIMS), permitiu que 60 beneficiários em grupo e 780 individuais visitassem outros países, tendo sido recebidos 66 beneficiários em grupo e 1791 individuais, de congéneres estrangeiras.

Verifica-se uma subutilização das capacidades de “alojamento temporário” e “residências universitárias”, existente nos CAS, derivado da “falta de investimento nas instalações”, mas também pela “falta de conhecimento dos beneficiários sobre as atividades desenvolvidas pelo IASFA” (TdC, 2019, p. 85).

4.1.2.2. Modelo de financiamento

Até 2005, a missão do IASFA resumia-se à ASC, sendo o financiamento assegurado: por dotações atribuídas do Orçamento do Estado (OdE), pelas receitas geradas com a atividade desenvolvida e pelo produto das quotas cobradas aos beneficiários (0,8% sobre os vencimentos/pensões) (TdC, 2019, p. 77).

Quando o IASFA assumiu a gestão da ADM, em 2005, a saúde militar, até então financiada com verbas do OdE, passou a ser cofinanciada pelos militares, através do desconto de 1% nos seus vencimentos/pensões, incrementado posteriormente, até atingir o desconto atual de 3,5%.

O desconto inicial para a ADM, foi assegurado por conversão do produto das quotas (0,8%) destinadas à ASC, tendo sido assumido o “compromisso político”⁴ de compensar esse valor com transferências de verbas do OdE, num montante equivalente, para financiar a ASC, evitando a cobrança de uma nova quota aos beneficiários⁵ (TdC, 2019, p. 79).

O financiamento da ASC ficou, assim, dependente de duas fontes de financiamento (FF): transferência de verbas do OdE e receitas próprias geradas pelas atividades desenvolvidas, que têm sido insuficientes face às necessidades, provocando uma situação de desequilíbrio financeiro que perdura há vários anos (Figura 7).

⁴ Não materializado em documento escrito.

⁵ Apesar do pagamento da quota continuar previsto (Decreto-Lei 193/2012, art.º 13.º).

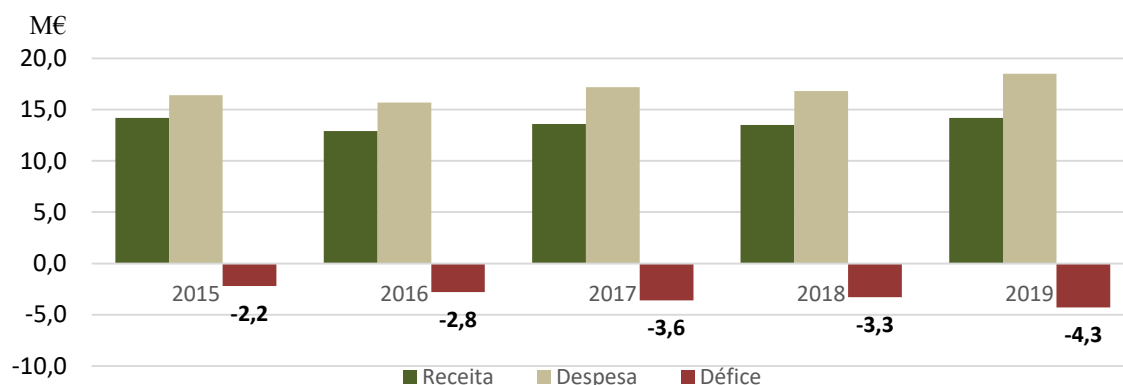


Figura 7 – Défice da ASC entre 2015 e 2019

Fonte: TdC (2019) e IASFA (2020b).

Esse desequilíbrio é provocado, em primeiro lugar, pela redução do valor das transferências do OdE, efetuadas pelo MDN para compensar a não cobrança de quota (TdC, 2019, p. 23), conforme Figura 8.

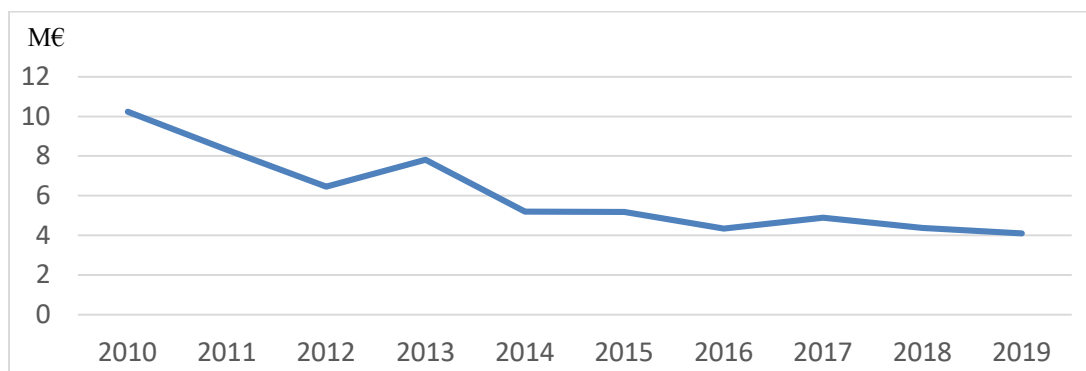


Figura 8 – Transferências do OdE para a ASC

Fonte: IASFA (2020b).

Em segundo lugar, o desequilíbrio financeiro, também, existente na ADM, cujas dívidas a fornecedores ascendiam, no final de 2018, a 91,8 M€ (IASFA, 2019, p. 73), levou a que o Ministério das Finanças (MF) só autorizasse a transição de saldos de gerência e descativação de verbas, na condição destas reverterem para amortizar dívida da ADM (TdC, 2019, p. 78). Em 2019, aproximadamente 2,5M€ foram aplicados na amortização de dívida da ADM (IASFA, 2020b, p. 74), apesar das verbas respeitarem à ASC.

Por último, a insuficiente capacidade de realizar receita, por inadequada rentabilização do património (TdC, 2019, p. 80-92), nomeadamente:

- Não atualização do valor das rendas dos imóveis para habitação⁶;

⁶ O Decreto-Lei n.º 83/2019 de 27 de junho, veio atualizar a taxa de esforço a suportar pelos beneficiários, permitindo aumentar o valor das rendas.

- Não atualização do valor das mensalidades das ERPI⁷;

- Não utilização da capacidade total instalada nas ERPI⁸;

- Não rentabilização de grande parte dos imóveis para habitação, atualmente devolutos por falta de condições de habitabilidade, com perdas anuais de receita consideráveis. Os investimentos no edificado têm sido residuais (Figura 9). A preços de 2018, seriam necessários 14,6 M€ para recuperar as frações devolutas e mais 7 M€ para intervenções em partes comuns (TdC, 2019, p. 83);

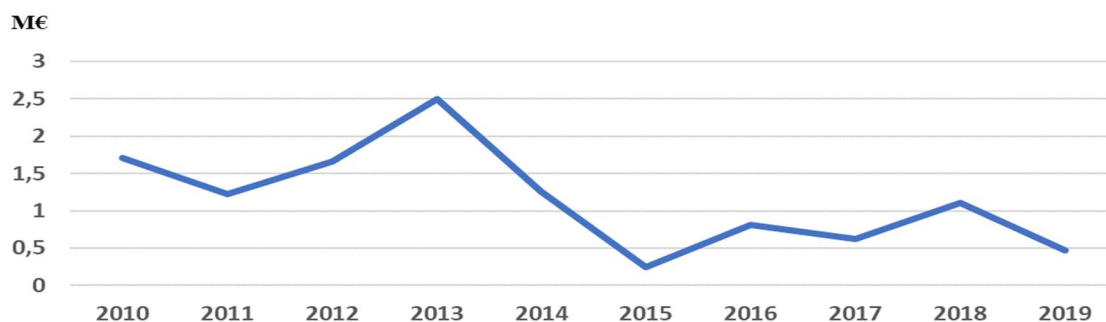


Figura 9 – Investimento no património

Fonte: TdC (2019) e IASFA (2020b).

- Subaproveitamento de diversas infraestruturas existentes nos CAS, destinadas a “alojamento temporário”, “turismo e lazer”, “residências universitárias” e “apoio a “deslocações” (TdC, 2019, p. 83-86).

Acresce que, face à inexistência de contabilidade analítica, não é possível apurar a rentabilidade por área de negócio, respeitante à ADM e ASC, e dentro da ASC, por atividade, dificultando a adoção de medidas de racionalização de custos (TdC, 2019, p. 16). O Relatório de Atividades de 2019 (IASFA, 2020b) permite, numa análise elementar, distinguir um peso significativo das despesas com pessoal (8.168.146€)⁹, que representa 44% da despesa total da ASC (18.531.363€), para um efetivo total de 659 pessoas, sendo mais significativa nos CAS de Oeiras (2.938.159€), Alfeite (1.584.883€), Runa (915.853€) e Porto (638.746€), que registam igualmente maiores défices (Figura 10).

⁷ Longos períodos sem atualização (2002-2013 e 2013-2017). Atualizado em 2017, entretanto suspenso, (TdC, 2019, p.90).

⁸ Taxas de ocupação inferiores a 90%.

⁹ Não inclui os vencimentos do pessoal militar, que são pago pelos Ramos das FFAA.

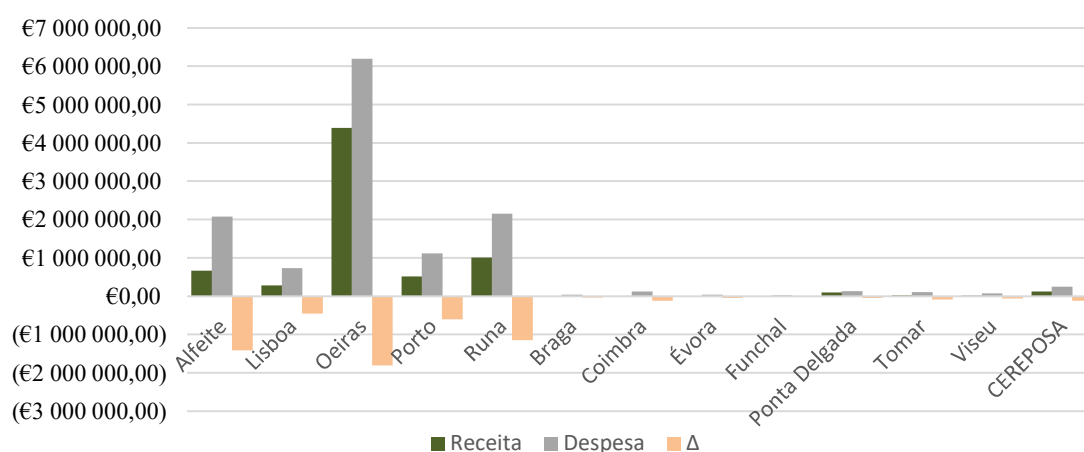


Figura 10 – Despesas e receitas por CAS

Fonte: IASFA (2020b).

O “apoio a idosos” é a valência que mais contribui nesse sentido (Figura 11).

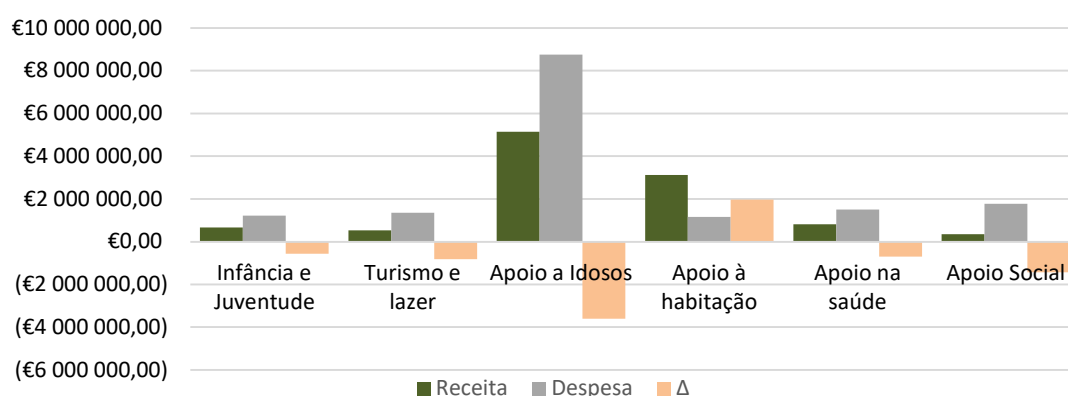


Figura 11 – Receitas e despesas por resposta social

Fonte: IASFA (2020b).

4.1.2.3. Modelo Organizacional

O IASFA é um instituto público, de regime comum¹⁰, “integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio”, que “prossegue atribuições do MDN, sob superintendência e tutela do respetivo ministro” (Decreto-Lei n.º 193/2012, art.º 1.º).

É administrado por um conselho diretivo (CD), em modo colegial, composto pelo presidente e dois vogais, sem obrigatoriedade de serem militares, à exceção do presidente (art.º 7.º, na redação atual).

Compreende ainda, o fiscal único e, como órgão de consulta e apoio à tomada de decisão, o conselho consultivo (CC), composto pelo presidente do CD, que preside, dois

¹⁰ Lei n.º 3/2004, art.º 17 e seguintes.



representantes do MDN, um representante do EMGFA e de cada Ramo das FFAA e representantes das associações profissionais legalmente constituídas (art.º 9.º), sendo o único órgão onde estão representados os Ramos das FFAA. Os beneficiários, “não têm qualquer participação direta [...] apesar de serem os únicos destinatários da atividade desenvolvida pelo instituto” (TdC, 2019, p. 15).

Enquanto IP de regime comum, o recrutamento de pessoal é bastante condicionado, dificultando o preenchimento das necessidades de pessoal, agravado pela progressiva redução de militares destacados pelos Ramos (IASFA 2020b, p.59). A alternativa reside na contratação de serviços externos e recurso a pessoal com vínculo precário¹¹ (TdC, 2019, p. 17).

4.1.3. Síntese conclusiva e resposta à QD1

Tendo em consideração a análise efetuada, em resposta à QD1 - *Como se caracteriza a ação social complementar disponibilizada à Família Militar?* Conclui-se que a capacidade de ASC à FM está concentrada no IASFA. Com o assumir da gestão da ADM pelo IASFA, a ASC ficou fortemente dependente das verbas transferidas pelo MDN, para compensar o valor da quota, que passou a reverter para a ADM.

A redução das verbas transferidas pelo MDN e a reduzida capacidade de gerar receita, conduziu ao subfinanciamento da ASC, que se reflete: no aumento das habitações devolutas por falta de investimento; consequente indisponibilidade para arrendamento aos beneficiários e correspondente redução da receita gerada; e reduzida capacidade para dinamizar as valências existentes e/ou criar novas valências.

A inexistência de contabilidade analítica não permite apurar corretamente a rentabilidade por área de negócio, apesar disso, identificam-se as valências de apoio a idosos e à infância, especialmente a primeira, como as mais representativas, e que apresentam, igualmente, maior défice.

A dificuldade de recrutar pessoal e a redução de militares colocados pelos Ramos, tem provocado carências de pessoal, prejudicando a atividade desenvolvida.

¹¹ Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro - Contratos Emprego-inserção e Emprego-inserção+.



4.2. Perceção dos militares sobre a ação social complementar

Para responder à QD2, precede-se à análise dos dados do inquérito (Apêndice F).

4.2.1. Análise e interpretação dos dados do inquérito

Responderam ao inquérito 956 militares, 928 do ativo (97%), e 28 da reserva (3%), dos quais 60% oficiais, 34,5% sargentos e 5,5% praças, sendo 86,6% do sexo masculino e 11,4% do sexo feminino. 26,9% da Marinha, 43,6% do Exército e 29,5% da FA, maioritariamente residentes na região de Lisboa (36,1%), Setúbal (23,7%) e Santarém (9,4%).

As respostas válidas obtidas, correspondem a 5,75% dos militares no ativo, permitindo um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 3,12%, o que confere validade amostral ao estudo.

Dimensão organização. A maioria dos militares (82,7%) reconhece o AS como um direito (Q9), extensivo ao agregado familiar (86,8%) (Q11). Quanto à responsabilidade pelo AS à FM, 44,9% responderam que compete exclusivamente ao IASFA e 43,1% responderam que também compete aos Ramos da FFAA, EMGFA e MDN (Q10).

A maioria (51,9%) revelou que recorreria ao IASFA, caso necessitasse de apoio, contudo, uma parte substancial (43,3%) assume que recorreria primeiro ao respetivo Ramo (Q12).

47% revelou nunca ter solicitado apoio por opção própria, tanto ao Ramo (Q18) como ao IASFA (Q19), 26,6% nunca solicitou apoio ao Ramo porque não sabia que podia ser atribuído e 13% nunca solicitou ao IASFA porque não sabia da sua existência.

Os militares revelaram ainda não estar convenientemente informados, relativamente à ASC que lhes pode ser disponibilizada, tanto pelo Ramo como pelo IASFA (Q15 e Q17).

Dimensão valências. As valências mais valorizadas, numa escala entre 1 (menor importância) e 5 (maior importância), destaca-se o apoio a idosos (Lares, centros de convívio e apoio domiciliário), seguido do apoio à infância (Infantários e creches), protocolos com entidades externas e dos subsídios e participações. As valências menos valorizadas, foram as atividades culturais e recreativas (Q13).

Colocada a mesma questão, considerando o envelhecimento da população, face à evolução demográfica, a tipologia de respostas não sofreu alteração significativa, verificando-se um incremento no apoio a idosos (Q23). Considerando a previsível degradação das pensões de reforma, o apoio a idosos voltou a aumentar, ganhando relevância



os subsídios e participações e os protocolos com entidades externas, surgindo depois o apoio à infância (Q25).

Nas questões de resposta aberta, os militares identificaram como oportunidades de melhoria: o reforço do apoio à educação e formação (18 respostas); ampliação da ASC a outras regiões (13 respostas); melhorar condições de atribuição de habitação (12 respostas); concessão de empréstimos, revisão dos protocolos com entidades externas e apoiar familiares dos militares destacados ou em missão (10 respostas, cada); existência de infantários e creches perto das Unidades militares (9 respostas); cuidados paliativos (8 respostas); apoio domiciliário (6 respostas); integração de militares aposentados em atividades de AS e criação de cantinas e messes militares (5 respostas, cada).

Dimensão financiamento. 46,8% dos militares considera que deverá ser o Estado a financiar a ASC, contudo, uma parte significativa (45,1%) considera que deverá ser de forma partilhada, entre o Estado e os militares (Q20).

35% dos militares não está disponível para pagar uma quota para a ASC, 8,4% respondeu que pagaria e 49,1% refere que poderia estar disponível para pagar se isso representasse um incremento no apoio prestado (Q21). A maioria dos militares (79,1%) considera apropriado que os militares contratados sejam beneficiários da ASC.

Comunicação e informação. Apenas 14,6% dos militares considera que o Ramo os mantém convenientemente informados, relativamente à ASC que lhes pode ser disponibilizada, 46,6% considera que estão parcialmente informados e 37,1% considera que não estão convenientemente informados (Q15). Relativamente ao IASFA, a situação agrava-se, com as percentagens a alterar, respetivamente, para 6,6%, 44% e 47,4% (Q17).

Questionados quanto às valências de ASC disponibilizadas pelo Ramo (Q14) e pelo IASFA (Q16), revelaram algum desconhecimento, relativamente às valências efetivamente existentes, havendo maior aproximação no que se refere às valências disponibilizadas pelo IASFA (Figuras 22 e 23).

4.2.2. Síntese conclusiva e resposta à QD 2

Na sequência da análise efetuada, em resposta à QD2 - *Quais as perceções dos militares sobre a Ação Social Complementar?*, conclui-se que os militares reconhecem o AS como um direito, revelando algum desconhecimento relativamente à ASC que lhes pode ser disponibilizada e quem a pode disponibilizar.



Embora a maioria revele que nunca solicitou apoio por opção própria, grande parte dos militares admite que recorreria em primeiro lugar ao Ramo, caso necessitasse de apoio, e uma pequena parte revela desconhecer a existência do IASFA.

O apoio a idosos e à infância são as valências consideradas mais importantes, seguidas dos protocolos com entidades externas e dos subsídios, sendo as atividades culturais e recreativas as menos valorizadas. Foram identificadas oportunidades de melhoria, nomeadamente, no apoio à educação e formação, ampliação da ASC a outras regiões, melhoria das condições de atribuição de habitação, concessão de empréstimos, revisão dos protocolos, entre outros.

Grande parte dos inquiridos refere que deve ser o Estado a financiar a ASC, embora não afastem a possibilidade de pagar uma quota, se isso representar um incremento no apoio prestado. Foi demonstrada grande aceitação na admissão dos militares contratados ao universo de beneficiários da ASC.

4.3. A ação social complementar nas congéneres nacionais

Para responder à QD3, efetuou-se uma breve análise às congéneres nacionais do IASFA.

4.3.1. Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana

Organização. Os SSGNR são “uma instituição da Guarda Nacional Republicana” (Decreto-Lei n.º 42793, de 31 de dezembro de 1959, art.º 2.º), dotados de “autonomia administrativa e financeira” (Decreto-Lei n.º 262/99, de 8 de julho, art.º 1.º), cuja missão visa a “proteção social” dos beneficiários (art.º 2.º). A “assistência na doença [da GNR] é assegurada por serviços próprios [...] designados por SAD” (Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, art.º 1º), integrados na Direção de Saúde e Assistência na Doença (Decreto Regulamentar n.º 19/2008 de 27 de novembro, art.º 15.º).

São órgãos dos SSGNR: o CD, composto pelo Comandante-Geral da GNR, que preside, um vice-presidente e dois vogais, todos militares (Decreto-Lei n.º 262/99, art.º 7.º); o CC, que integra os membros do CD e “representações dos oficiais, sargentos e praças” das diversas delegações (art.º 14.º); e a “Comissão de Fiscalização”.

Financiamento. As FF são, em parte, semelhantes às existentes no IASFA, acrescentando, “rendimentos de capitais”, provenientes dos empréstimos concedidos aos beneficiários, “receitas sobre serviços remunerados executados pela GNR” (Decreto-Lei n.º 262/99, art.º 31.º) e receitas resultantes das quotas pagas pelos beneficiários, correspondente a 0,5% “sobre 12 vencimentos mensais ou pensões” (Despacho n.º 6093/2020, de 5 de junho).



Da despesa total anual (16.600.685€), 19,42% são despesas com pessoal (3.224.448€), para um efetivo de 121 elementos. (SSGNR, 2020, p. 41-42).

Valências. Abreviadamente, as valências existentes nos SSGNR (2020), por comparação com o IASFA, constam do Apêndice G, destacando-se:

- Inexistência de equipamentos de apoio à infância e ERPI;
- Maior número de protocolos celebrados (401);
- Realização de colónias de férias balneares e atividades desportivas;
- Concessão de empréstimos aos beneficiários;
- Maior número de residências universitárias (10).

4.3.2. Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública

Organização. Os SSPSP “são um instituto da Polícia de Segurança Pública [...] dotado de personalidade jurídica e de autonomia financeira e administrativa” (Decreto-Lei n.º 42794, de 31 de dezembro de 1959, art.º 2.º), cuja missão visa a proteção social dos beneficiários (art.º 3.º). A “assistência na doença é assegurada por serviços próprios [...] designados por SAD” (Decreto-Lei n.º 158/2005, art.º 1.º), integrados no Departamento de Saúde e Assistência na Doença da PSP, (Portaria n.º 383/2008, de 29 de Maio, art.º 12.º).

Dependem diretamente do Diretor Nacional da PSP. Integram a sua estrutura: o Secretário-Geral; o Conselho Geral, que, além do Diretor Nacional e do Secretário-Geral, integra delegados dos vários Comandos da PSP e representantes dos beneficiários; o CC; e uma “Comissão de Fiscalização” (SSPSP, 2018, p.5).

Financiamento. As FF são semelhantes às previstas para os SSGNR, incluindo “rendimentos de capitais”, provenientes dos empréstimos que concedem aos beneficiários (SSPSP, 2017), e receitas resultantes das quotas pagas pelos beneficiários, correspondente a 0,5% “sobre 12 vencimentos mensais ou pensões” (Despacho n.º 6092/2020, de 5 de junho).

Da despesa total anual (5.341.135€), incluindo o Cofre de Previdência, 27,31% são despesas com pessoal (1.458.488€), para um efetivo de 48 elementos (SSPSP, 2017, p. 31-34).

Valências. Em complemento ao Apêndice G, destacam-se, relativamente ao IASFA (SSPSP, 2017):

- Inexistência de equipamentos de apoio à infância;
- Possui apenas uma ERPI, de reduzida capacidade (48 utentes);
- Reduzida atribuição de subsídios (65 beneficiários, 61.347,00€);
- Concessão de empréstimos aos beneficiários;



- Possui maior número de residências universitárias (13), alojamento temporário (12 casas de passante e 5 de veraneio) e equipamentos desportivos (14 ginásios).

4.3.3. Serviços Sociais da Administração Pública

Organização. Os SSAP, “são um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira” (Decreto-Lei n.º 49/2012, de 29 de fevereiro, art.º 1.º), cuja missão visa “assegurar a ação social complementar da generalidade dos trabalhadores da AP”, “com exceção daqueles que se encontrem abrangidos por outros regimes de idêntica natureza” (art.º 2º). Dependem do Ministro da AP. A estrutura dirigente, composta pelo presidente e vice-presidente, é apoiada por um CC, onde estão representadas várias áreas governativas e associações sindicais de trabalhadores da AP (art.º 5.º).

Financiamento. É assegurado com receitas da atividade realizada e por transferências: do OdE, dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e da Segurança Social (SegS) (Decreto-Lei n.º 49/2012, art.º 7º), num valor anual correspondente a 12 vezes 12,75€¹² por beneficiário inscrito, estipulado em diploma legal (Despacho n.º 32762-R/2008, de 31 de dezembro e Despacho n.º 8689-A/2008, de 25 de março). Apesar de estar previsto o pagamento de uma quota pelos beneficiários, não existe evidência da sua cobrança (SSAP, 2019, p. 42).

Da despesa total (11.378.673€), 27,66% são despesas com pessoal (3.147.503€), para um efetivo de 112 elementos (SSAP, 2017, p. 33-40).

Valências. Relativamente às restantes congéneres, os SSAP apresentam menos abrangência nas valências disponibilizadas (SSAP, 2019), assinalando-se:

- Inexistência de equipamentos de apoio à infância e ERPI;
- Menor variedade de subsídios;
- Inexistência de habitações para arrendamento;
- Mais protocolos celebrados (1140);
- Formação sénior, em diversas atividades;
- Vários centros de convívio;
- Serviço de refeições em vários locais do país;

4.3.4. Síntese conclusiva e resposta à QD3

Para responder à QD3: *Como se caracteriza a ação social complementar nos SSGNR, SSPSP e SSAP?* A análise efetuada permitiu identificar que, organicamente, os SSGNR e os

¹² Atualizado anualmente, em função do Indexante de Apoio Social (IAS). Desde 2008, o IAS foi atualizado em 7,16%, (IAS 2008: 407,41€; IAS 2021: 438,81€), atualizando o valor de referência para: 13,71€.



SSPSP, estão integrados nas respetivas instituições (GNR e PSP), dirigidos pelo respetivo Comandante-Geral/Diretor Nacional, sendo os órgãos de decisão, exclusivamente, compostos por militares/polícias.

Todas as congéneres possuem autonomia administrativa e financeira, tendo como missão, exclusivamente, a proteção social, ao contrário do IASFA que tem também atribuída a gestão da ADM.

O financiamento nos SSGNR e SSPSP é, em parte, assegurado por uma quota cobrada aos beneficiários, enquanto os SSAP não cobram qualquer quota, sendo fundamentalmente financiados com verbas transferidas do OdE, dos SFA e SegS, tendo por base um valor estipulado em diploma legal.

Quanto às valências, o IASFA apresenta maior abrangência no apoio a idosos, Os SSGNR e SSPSP diferenciam-se no apoio aos mais jovens e idade adulta, atividades desportivas e concessão de empréstimos. Os SSAP, diferenciam-se, sobretudo, no fornecimento de refeições, formação sénior, atividades recreativas e grande quantidade de protocolos celebrados.

Todas as congéneres apresentam um efetivo de pessoal e, despesa associada, bastante inferior ao IASFA, fundamentalmente, pela inexistência, quase generalizada, de ERPI.

4.4. Contributos para melhorar a ação social complementar à Família Militar

Tendo por base o estudo efetuado anteriormente, pretende-se dar resposta à QC.

4.4.1. Proposta de alteração

A análise efetuada no subcapítulo 4.1, revelou ser fundamental reforçar o financiamento da ASC, objetivo que está presente nas propostas apresentadas.

Uma possibilidade seria a reposição do pagamento de uma quota pelos beneficiários, que foi rejeitada por 35% dos militares no inquérito realizado, a qual só seria admissível se representasse uma melhoria efetiva no apoio prestado, sendo que, 50% dos entrevistados também não concorda com o seu pagamento. Embora os beneficiários dos SSGNR e SSPSP paguem uma quota, o mesmo não acontece nos SSAP, apesar de não estarem sujeitos à CM, conforme analisado no subcapítulo 4.3.

Assim, propõe-se que, à semelhança do que acontece para os SSAP, seja estipulado num diploma legal o valor das transferências do OdE, como forma de estabilizar o financiamento e regularizar uma indefinição que perdura desde a 2006. Considerando o valor de referência para os SSAP (13,71€) e o número de beneficiários titulares do IASFA (44.102), resultaria num montante anual na ordem dos 7,25M€. Apesar de inferior ao



transferido nos dois últimos anos (8,5M€ em 2020 e 9,5M€ em 2021) (F.C. Serafino, entrevista por videoconferência, 31 de março de 2021), é bem superior ao valor médio transferido nos seis anos anteriores, com a vantagem de clarificar as fontes de financiamento (R.G. Pereira, entrevista presencial, 16 de março de 2021), solução que é acolhida por 70% dos entrevistados.

Contudo, sendo o AS um direito previsto na LBGECM, para compensar os militares pela “natureza e as características da respetiva condição [militar]”, à qual os beneficiários dos SSAP não estão sujeitos, justifica-se o incremento do valor de referência, como forma de distinção positiva da CM.

O inquérito revelou que a maioria dos respondentes concorda com o acesso dos militares contratados à ASC, opinião partilhada por 80% dos entrevistados. Estando sujeitos aos deveres da CM, “por maioria de razão, devem ter direito às mesmas compensações” (R.G. Pereira, *op. cit.*), podendo até constituir “um incentivo importante, quer para o recrutamento quer para a retenção” (A.C. Mota, entrevista por *email*, 13 de março de 2021), contribuir para aumentar a coesão e, simultaneamente, para aumentar a utilização dos equipamentos do IASFA e consequente receita, bem como o valor das transferências do Ode, por vias do aumento do número de beneficiários.

Para incrementar a receita realizada, além das medidas já iniciadas no âmbito do Plano Estratégico 2019-2021 do IASFA (IASFA, 2020a), nomeadamente, a atualização das rendas das habitações¹³ e mensalidades das ERPI¹⁴ e reabilitação de habitações devolutas¹⁵, será importante complementá-las com outras ações no domínio da gestão. Nesse sentido, a implementação da contabilidade analítica, mais do que um requisito legal¹⁶ e uma recomendação do TdC (2019, p. 32), é essencial para obter “informação relevante e analítica sobre custos”, que permita a “mensuração e avaliação do desempenho” de cada atividade e determinar os “recursos necessários para suportar atividades futuras” (Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro)¹⁷, numa perspetiva de sustentabilidade das atividades desenvolvidas.

¹³ Aplicação da fórmula de cálculo prevista no Decreto-lei n.º 83/2019.

¹⁴ Proposta de atualização das mensalidades que aguarda decisão do MDN (F.C. Serafino, *op. cit.*).

¹⁵ Concurso para atribuição de habitações necessitadas de pequenas intervenções (até 5.000€), a executar pelos beneficiários. Aviso n.º 15704/2020, de 7 de outubro, Diário da República, 2.ª série, n.º 195.

¹⁶ Art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho e Art.º 39.º da Lei n.º 3/2004.

¹⁷ Aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27, para implementação da Contabilidade de Gestão.



Também a procura de FF alternativas, através de programas apoiados, como o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR, 2021), inserido no Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia (UE), que prevê diversas medidas enquadráveis na missão do IASFA, nomeadamente: requalificação de respostas sociais dirigidas às crianças e pessoas idosas; aumento da eficiência energética dos edifícios; e criação de soluções tecnologicamente inovadoras (PRR, 2021, pp. 44-49 e 104), permitiria alavancar a recuperação do património.

Complementarmente, o IASFA poderá ainda procurar estabelecer parcerias com entidades congéneres, numa ótica de redução de custos e rentabilização de capacidades, aumentando a oferta disponível aos beneficiários.

Quanto às valências, o apoio a idosos e infância, nomeadamente as ERPI, foram as mais valorizadas no inquérito, opinião corroborada por 70% dos entrevistados, sendo consideradas como “inquestionáveis e prioritárias” (L.V. Pinto, entrevista por email, 6 de março de 2021), “determinantes” (A.C. Mota, *op. cit.*) e “áreas em que o IASFA pode fazer a diferença” (V.N. Coelho, entrevista por videoconferência, 12 de março de 2021) e efetivamente faz, comparando com as congéneres nacionais, embora também sejam as atividades que apresentam maior défice financeiro.

O valor inquestionável das ERPI, não só pelo apoio que prestam à FM, mas também, pelo contributo distintivo que dão à sociedade pela atividade que desenvolvem, própria da economia social¹⁸, justificaria que usufruíssem dos apoios financeiros que aquelas entidades recebem da Segurança Social¹⁹, não atribuíveis ao IASFA por ser uma entidade pública. Julga-se que seria inteiramente justo promover a equiparação das ERPI do IASFA àquele tipo de entidades, adequando a legislação vigente, para potenciar a sua autossustentação sem reduzir o nível de apoio aos beneficiários nem aumentar demasiado as mensalidades.

Este tipo de valências assume ainda maior significado face à evolução demográfica. A população da União Europeia (EU-27)²⁰ com 65 ou mais anos de idade representará cerca de um terço, em 2100, e a percentagem de pessoas com 80 ou mais anos de idade, poderá duplicar, relativamente a 2019, atingindo os 14,6% da população (Eurostat, 2020).

O envelhecimento progressivo da própria população idosa, torna necessário encontrar formas de ocupação que promovam o envelhecimento ativo e evitem a institucionalização

¹⁸ Integram a economia social, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Misericórdias, Fundações, Cooperativas e Associações Mutualistas (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, art.º 4.º).

¹⁹ Acordos de Cooperação, previstos no Decreto-Lei n.º 120/2015, de 30 de junho.

²⁰ 27 países, considerada a saída do Reino Unido da União Europeia.



prematura em ERPI. Nesse sentido, a criação de um regime especial de voluntariado²¹ sénior, para militares aposentados, inserido nas atividades do IASFA, aprovado pela tutela²², permitiria aos militares manter-se ativos, nomeadamente, na realização de tarefas em prol dos camaradas mais idosos. Esta proposta, que mereceu a concordância de 80% dos entrevistados, pode constituir-se como “uma solução ganhadora para todos, os destinatários, a instituição e os voluntários” (A.R. Coelho, entrevista por *email*, 12 de março de 2021), contribuindo, simultaneamente, para atenuar os problemas de falta de pessoal do IASFA.

Por outro lado, as pensões de reforma dos militares mais novos, abrangidos pelo regime geral da segurança social (RGSS), Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, tenderão a reduzir substancialmente no futuro, podendo atingir 50% do último vencimento do ativo (Duarte, 2015, p. 21). Embora a LBGSS (Lei n.º 4/2007), preveja um “Sistema Complementar”, para “precaver os efeitos de uma queda abrupta do rendimento no momento da reforma”, na realidade não foi acompanhada por um “consciencializar das famílias” quanto à necessidade de criar esquemas alternativos de poupança (Cardoso, 2019, p. 16). Face a esta perspetiva, não só as ERPI como todas as atividades de ASC, poderão ter um papel relevante no apoio à FM, porque “esse é o seu desígnio, o apoio à família militar” (A.R. Coelho, *op. cit.*), a ser acompanhado por um esforço da parte do IASFA no desenvolver de capacidades, olhando para o futuro (F.C. Serafino, *op. cit.*).

Além do apoio a idosos, incluindo o “apoio domiciliário”, atualmente inexistente, deverá ser avaliado o apoio à infância, principalmente nas imediações das Unidades militares, e dinamizadas valências que abarquem as várias fases da vida do militar e abrangência geográfica, de acordo com as necessidades identificadas pelos militares no inquérito, apoiadas pela generalidade dos entrevistados.

Quanto ao modelo organizacional do IASFA, diferente do existente nas congéneres, SSGNR e SSPSP, será questionável se é o mais adequado, pois o seu posicionamento fora da estrutura das FFAA não favorece a ligação aos beneficiários, especialmente os militares do ativo, o que poderá justificar o seu afastamento, relativamente ao IASFA. Contudo, será improvável que este volte a integrar a estrutura das FFAA. Tal significaria ir “ao contrário da tendência da organização das FFAA” (J.N. Palma, entrevista por videoconferência, 9 de março de 2021), que tem privilegiado o reforço da componente operacional do EMGFA e dos Ramos. Por outro lado, estar próximo da tutela permite maior “agilidade na decisão e

²¹ Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, regulada pelo Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro.

²² Decreto-Lei n.º 389/99, art.º 2.º.



mais facilidade na alocação de recursos” (M.R. Martins, entrevista presencial, 17 de março de 2021), tornando “mais fácil o acesso aos centros de decisão” (F.C. Serafino, *op. cit.*).

Também o desempenho dos cargos de Direção por civis, se por um lado, as especificidades da CM requerem um conhecimento avalizado das envolventes dessa condição, não é menos verdade que as competências técnicas e o perfil do candidato ao cargo são condições essenciais para um bom desempenho. Face à dificuldade de conjugar essas duas vertentes, poderá aceitar-se a solução atual como adequada (J.N. Palma, *op. cit.*), até porque “não raras vezes, os Ramos não conseguem responder favoravelmente aos pedidos do IASFA” (A.R. Coelho, *op. cit.*), ou acabam por não concorrer [os militares] aos lugares de direção (F.C. Serafino, *op. cit.*).

Apesar dos problemas financeiros da ASC terem iniciado quando o IASFA assumiu a gestão da ADM, julga-se que, enquanto o modelo de financiamento da saúde militar, atualmente em revisão²³, não estiver estabilizado, não deverá ser equacionada a sua eventual saída do IASFA, devendo, contudo, ser garantida total segregação entre a gestão da ADM e da ASC. Atualmente, poderá não ser positivo (J.N. Palma, *op. cit.*), nem haver vantagens na separação (F.C. Serafino, *op. cit.*), pelo menos, antes de resolvido o problema do financiamento [da ADM] (R.G. Pereira, *op. cit.*).

Contudo, o distanciamento dos beneficiários relativamente às atividades do IASFA, requer alterações na dimensão organização, sendo essencial reforçar a ligação aos Ramos das FFAA, melhorar a comunicação e credibilizar o próprio IASFA junto dos beneficiários. Condição que é confirmada por 70% dos entrevistados.

Os Ramos deverão ter um papel mais interventivo, fazendo-se representar ao mais alto nível no CC, colaborando na definição das políticas praticadas, apoiando diretamente o IASFA com as suas capacidades, afetando recursos humanos adequados e motivados à missão ali desenvolvida e proceder à máxima divulgação do IASFA junto dos militares.

Será “indispensável que o IASFA desenvolva uma estratégia de comunicação eficaz” (A.R. Coelho, *op. cit.*), iniciada com a criação da Newsletter e melhoramento do Portal (F.C. Serafino, *op. cit.*), sendo, contudo, “necessário encontrar outras formas de reforçar essa ligação” (J.N. Palma, *op. cit.*). É fundamental que o IASFA se dê a conhecer junto das Unidades militares, recorrendo igualmente às novas tecnologias, cujas potencialidades têm

²³ Nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 167/2005.



sido amplamente demonstradas no passado recente, para melhorar o atendimento e a ligação aos beneficiários.

4.4.2. Síntese Conclusiva e resposta à QC

Pelo anteriormente analisado e discutido, em resposta à QC: *De que forma pode ser melhorada a ação social complementar a prestar à família militar?*, propõem-se as seguintes medidas:

- Propor à tutela a criação de um diploma legal, que estabeleça o valor de referência a transferir anualmente pelo MDN para a ASC do IASFA, para clarificar e estabilizar o respetivo financiamento;

- Admitir os militares contratados como beneficiários da ASC, como forma de reforçar a coesão e atribuir um direito consagrado na LBGECM;

- Implementar a Contabilidade analítica, para permitir apurar custos por atividade e melhorar o respetivo desempenho;

- Diversificar as FF, através de programas apoiados por fundos europeus e/ou nacionais;

- Estabelecer parcerias com instituições congéneres, para reduzir custos, rentabilizar capacidades e aumentar a oferta de apoio aos beneficiários;

- Criar um programa de voluntariado sénior para militares aposentados, para promover o envelhecimento ativo e apoiar o IASFA nas carências de pessoal;

- Reforçar as valências de apoio aos idosos e à infância e dinamizar valências que abarquem as várias fases da vida do militar e abrangência geográfica;

- Potenciar a ligação e reforçar a participação dos Ramos das FFAA nas atividades do IASFA e melhorar a comunicação e credibilização do próprio IASFA junto dos beneficiários, incluindo o recurso às novas tecnologias.



5. Conclusões

As primeiras iniciativas no âmbito da proteção social em Portugal surgiram há mais de cinco séculos, com a fundação da primeira Misericórdia, a que se seguiram muitas outras de caráter semelhante, um pouco por todo o país.

Com um percurso de quase dois séculos no AS à FM, o IASFA é herdeiro dessa tradição no meio castrense, bem como do enorme património construído pelos vários organismos que o antecederam e lhe deram origem.

Embora esteja previsto na lei como um direito, para compensar os militares e as suas famílias pela “natureza e as características da respetiva condição [militar]”, o AS nem sempre é encarado como prioritário. Apesar dos Ramos das FFAA, EMGFA e o MDN também terem previstas atribuições neste âmbito, no que respeita à ASC, objeto principal deste estudo, compete ao IASFA atribuir este tipo de apoio.

No passado recente, a par da sua atividade principal, a ASC, o IASFA assumiu uma segunda vertente de missão, a gestão da ADM. Desde então, a situação financeira foi-se deteriorando, em ambas as vertentes de missão, resultando no acumular de dívidas a fornecedores e no acentuar da degradação do seu vasto património. As várias auditorias realizadas ao IASFA nos últimos anos, permitiram identificar grande parte das causas desses problemas, cuja resolução depende em grande medida de decisão política ou da ação de terceiros.

Este estudo teve como objeto a ASC nas FFAA, e foi delimitado nos domínios: temporal, à atualidade; espacial, a Portugal, tendo como alvo o IASFA, os Ramos das FFAA e os militares das FFAA; de conteúdo, a ASC disponibilizada à família militar à luz do previsto no ECM. Neste sentido, a investigação norteou-se pela seguinte QC: *De que forma pode ser melhorada a ação social complementar a prestar à família militar?*

Em termos metodológicos, a investigação pautou-se por um raciocínio indutivo, assente numa estratégia de investigação mista e um desenho de pesquisa do tipo transversal. Em termos de organização, o trabalho segue o formato de artigo científico, composto pela introdução, a que se seguem mais três capítulos e as presentes conclusões.

No que respeita aos objetivos estudados, relativamente ao OE1, *Analisar a ação social complementar disponibilizada à Família Militar*, para dar resposta à QD1, concluiu-se que a capacidade de ASC à FM está concentrada no IASFA. Com o assumir da gestão da ADM, pelo IASFA, a ASC ficou fortemente dependente das verbas transferidas do MDN, para compensar o valor da quota, que passou a reverter para a ADM.



A progressiva redução das verbas transferidas pelo MDN e a reduzida capacidade de gerar receita, conduziu ao subfinanciamento da ASC, que se reflete no aumento das habitações devolutas, por falta de investimento, consequente indisponibilidade para arrendamento aos beneficiários e correspondente redução da receita gerada, reduzindo a capacidade para dinamizar as valências existentes e/ou criar novas valências.

A inexistência de contabilidade analítica não permite apurar corretamente a rentabilidade por área de negócio, apesar disso, identificaram-se as valências de apoio a idosos e à infância, especialmente a primeira, como as mais representativas, e que apresentam, igualmente, maior défice.

A dificuldade de recrutar pessoal e a redução de militares colocados pelos Ramos, tem provocado carência de pessoal, prejudicando a atividade desenvolvida.

No que respeita ao OE2, *Analisar as perceções dos militares sobre a ação social complementar*, foi possível concluir que os militares reconhecem o AS como um direito, revelando algum desconhecimento relativamente à ASC que lhes pode ser disponibilizada e quem a pode disponibilizar.

Embora a maioria revele que nunca solicitou apoio por opção própria, grande parte dos militares admite que recorreria primeiro ao Ramo caso necessitasse de apoio, havendo mesmo uma parte que revela desconhecer a existência do IASFA.

O apoio a idosos e à infância são as valências consideradas mais importantes, seguidas dos protocolos com entidades externas e dos subsídios, sendo as atividades culturais e recreativas as menos valorizadas. Foram identificadas oportunidades de melhoria, nomeadamente, no apoio à educação e formação, ampliação da ASC a outras zonas geográficas, melhoria das condições de atribuição de habitação, concessão de empréstimos e revisão dos protocolos, entre outros.

Grande parte dos inquiridos considera que compete ao Estado financiar a ASC dos militares, embora não afastem a possibilidade de pagar uma quota, se isso representar um incremento no apoio prestado. Revelaram ainda grande aceitação na admissão dos militares contratados ao universo de beneficiários da ASC.

Quanto ao OE3, *Analisar a ação social complementar em congéneres nacionais*, para responder à QD3, concluiu-se que, organicamente, os SSGNR e os SSPSP, estão integrados nas respetivas instituições (GNR e PSP), sendo os órgãos de decisão compostos, exclusivamente, por militares/polícias.



Todas as congéneres possuem autonomia administrativa e financeira, tendo como missão, exclusivamente, a proteção social, contrariamente ao IASFA que tem também atribuída a gestão da ADM.

O financiamento nos SSGNR e SSPSP é, em parte, assegurado por uma quota cobrada aos beneficiários, enquanto os SSAP não cobram qualquer quota, sendo substancialmente financiados com verbas transferidas do OdE, dos SFA e SegS, com base num valor estipulado em diploma legal.

Quanto às valências, o IASFA apresenta maior abrangência no apoio a idosos, os SSGNR e SSPSP diferenciam-se no apoio aos mais jovens e idade adulta, atividades desportivas e concessão de empréstimos, enquanto os SSAP diferenciam-se, sobretudo, no fornecimento de refeições, formação sénior, atividades recreativas e maior número de protocolos celebrados.

Todas as congéneres apresentam um efetivo de pessoal e despesa associada bastante inferior ao IASFA, fundamentalmente, pela inexistência, quase generalizada, de ERPI.

Finalmente, para cumprir o OG: *Formular contributos para melhorar a ação social complementar a prestar à família militar* e responder à QC, tendo por base a ASC atualmente disponibilizada à FM (OE1), a perceção dos militares, relativamente à ASC (OE2) e a análise efetuada às congéneres nacionais (OE3), foram identificadas oportunidades de melhoria, consubstanciadas num conjunto de propostas, consolidadas por um estudo de opinião realizado a altos responsáveis da estrutura superior das FFAA e outras entidades consideradas relevantes para o estudo, que se entende poderem contribuir para melhorar a ASC disponibilizada à FM, concretamente:

- Promulgar um diploma legal que estabeleça o valor de referência a transferir anualmente pelo MDN para a ASC do IASFA;
- Potenciar a ligação e reforçar a participação dos Ramos nas atividades do IASFA e melhorar a comunicação e credibilização do próprio IASFA junto dos beneficiários, incluindo o recurso às novas tecnologias;
- Implementar a Contabilidade analítica de gestão;
- Diversificar as FF, através da candidatura a programas apoiados;
- Estabelecer parcerias com instituições congéneres;
- Criar um programa de voluntariado sénior para militares aposentados;
- Admitir os militares contratados como beneficiários da ASC;



- Reforçar as valências de apoio aos idosos e à infância e dinamizar valências que abarquem as várias fases da vida do militar e abrangência geográfica.

Quanto a **contributos para o conhecimento**, o presente estudo proporcionou uma melhor compreensão da ASC existente nas FFAA e como esta é disponibilizada à FM, assim como os constrangimentos que têm limitado a sua dinamização. Permitiu conhecer a perceção que os militares têm sobre essa mesma ASC e perceber a realidade existente nas congéneres nacionais do IASFA. No seu conjunto, possibilitou identificar algumas fragilidades e oportunidades de melhoria, permitindo, como singelo contributo, formular uma proposta que se entende poder contribuir para melhorar o modelo existente.

A não aplicação do inquérito aos militares da reforma, por dificuldades relacionadas com o RGPD, e a reduzida participação dos militares da reserva, configuram as principais **limitações ao estudo**, embora se considere que as mesmas não reduzem a evidência dos resultados alcançados, pela representatividade que o elevado número de respostas dos militares do ativo proporcionou.

Julga-se que constituirá uma oportunidade para **estudos futuros**, analisar a possibilidade de equiparação das ERPI do IASFA às entidades da economia social, para poder aceder aos apoios que estas usufruem da SegS, potenciando a sua autossustentação sem aumentar demasiado as mensalidades.

Como **recomendações de ordem prática**, apesar do IASFA ser o principal responsável pela ASC nas FFAA, os Ramos têm todo o interesse em garantir que a atividade por este desenvolvida potencia o bem-estar dos seus militares, o que requer o máximo envolvimento dos Ramos, com a participação ao mais alto nível no CC, apoiando diretamente o IASFA com as suas capacidades, afetando recursos humanos adequados e motivados à missão ali desenvolvida e proceder à máxima divulgação do IASFA junto dos militares.



Referências Bibliográficas

- Cardoso, T. (2019). *O financiamento da Segurança Social: bases de equidade e de sustentabilidade*. Publicação Ocasional do CFP n.º 1/2019. [Página online]. Retirado de: https://www.cfp.pt/uploads/publicacoes_ficheiros/cfp-po-1-2019-financiamento-da-seguranca-social.pdf
- Carta Social (2006). [CS]. *Resposta Sociais: Nomenclaturas e Conceitos*. [Página online]. Retirado de: <http://www.cartasocial.pt/conceitos.php>
- Carvalho, M.M.A. (2013). *Dos Serviços Sociais das Forças Armadas ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P.: transformações e desafios* (Dissertação de Mestrado em Serviço Social: Acompanhamento Social e Inserção). Universidade Católica Portuguesa [UCP], Lisboa.
- Casa Pia de Lisboa. (2020). [CPL]. História [Página online]. Retirado de: <http://www.casapia.pt/historia.html>
- Decreto-Lei n.º 42072/58, de 31 de dezembro (1958). *Cria os Serviços Sociais das Forças Armadas*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 284, 1572-1576. Lisboa: Presidência do Conselho - Gabinete do Ministro.
- Decreto-Lei n.º 42793/59, de 31 de dezembro (1959). *Cria os Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 300, 2109-2112. Lisboa: Ministério do Interior - Gabinete do Ministro.
- Decreto-Lei n.º 42794/59, de 31 de dezembro (1959). *Cria os Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 300, 2112-2115. Lisboa: Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública.
- Decreto-Lei n.º 194/91, de 25 de maio (1991). *Lei-Quadro do Sistema de Ação Social Complementar*. Diário da República, 1.ª Série A, n.º 120, 2875-2882. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho. (1992). *Estabelece o regime da administração financeira do Estado*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 172, 3502-3509. Lisboa: Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei n.º 284/95, de 30 de outubro (1995). *Aprova o Estatuto do Instituto de Ação Social das Forças Armadas*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 251, 6746-6752. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 262/99, de 8 de junho (1999). *Aprova o Estatuto dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 157, 4238-4248.



Lisboa: Ministério da Administração Interna.

Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro (1999). *Regulamenta a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, que estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado.*

Diário da República, 1.ª Série, n.º 229, 6694-6698. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro (2005). *Estabelece o regime jurídico da assistência na doença ao pessoal da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública.* Diário da República, 1.ª Série, n.º 181, 5613-5618. Lisboa: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro (2005). *Estabelece o regime jurídico da assistência na doença aos militares das Forças Armadas.* Diário da República, 1.ª Série, n.º 184, 5694-5697. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Decreto-Lei n.º 122/2007, de 27 de abril (2007). *Aprova o Regime de Ação Social Complementar dos Trabalhadores da Administração Direta e Indireta do Estado.* Diário da República, 1.ª Série, n.º 82, 2616-2618. Lisboa: Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 215/2009, de 4 de setembro (2009). *Aprova a Orgânica do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P.* Diário da República, 1.ª Série, n.º 172, 5959-5962. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Decreto-Lei n.º 49/2012, de 29 de fevereiro (2012). *Aprova a Orgânica dos Serviços Sociais da Administração Pública.* Diário da República, 1.ª Série, n.º 143, 910-912. Lisboa: Ministério das Finanças.

Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto (2012). *Aprova a Orgânica do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P.* Diário da República, 1.ª Série, n.º 163, 4639-4641. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio (2015). *Aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas.* Diário da República 1.ª Série, n.º 104, 3198-3253. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Decreto-Lei n.º 120/2015, de 30 de junho (2015). *Estabelece os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o Estado e as entidades do setor social e solidário.* Diário da República 1.ª Série, n.º 125, 4530-4532. Lisboa: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro (2015). *Aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.* Diário da República 1.ª Série, n.º 178,



- 7584-7828. Lisboa: Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei n.º 35/2016, de 29 de junho (2016). *Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 123, 2017-2019. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 83/2019, de 27 de junho (2019). *Altera o regime jurídico do arrendamento das casas de renda económica do IASFA, I.P.* Diário da República 1.ª Série, n.º 121, 3067-3072. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Decreto-Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro (2008). *Define as Competências e a Estrutura Interna da Guarda Nacional Republicana*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 148, 5195-5198. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho (2015). *Aprova a Orgânica da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 148, 5195-5198. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de julho (2015). *Aprova a Orgânica da Marinha*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 148, 5200-5237. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho (2015). *Aprova a Orgânica do Exército*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 148, 5237-5259. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Regulamentar n.º 12/2015, de 31 de julho (2015). *Aprova a Orgânica da Força Aérea*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 148, 5259-5275. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Regulamentar n.º 13/2015, de 31 de julho (2015). *Aprova a Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas*. Diário da República, 1.ª Série, n.º 148, 5275-5295. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Despacho n.º 8689-A/2008, de 25 de março (2008). *Financiamento aos Serviços Sociais da Administração Pública*. Diário da República, 2.ª série, n.º 59, Lisboa: Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Despacho n.º 32762-R/2008, de 31 de dezembro (2008). *Transferências de dotações dos orçamentos dos fundos e serviços autónomos para os Serviços Sociais da Administração Pública*. Diário da República, 2.ª série, n.º 252, Lisboa: Vários.
- Despacho n.º 6092/2020, de 5 de junho (2020). *Determinação da quota mensal suportada*



pelos beneficiários dos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública. Diário da República 2.ª série, n.º 110, Lisboa: Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna.

Despacho n.º 6093/2020, de 5 de junho (2020). *Determinação da quota mensal suportada pelos beneficiários dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana*. Diário da República 2.ª série, n.º 110, Lisboa: Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna.

Duarte, D.M.M.S. (2015). *Pensão de Reforma dos Militares das Forças Armadas: Contributos para a equidade dos Regimes*. (Trabalho de Investigação Individual do Curso de promoção a Oficial superior). Instituto Universitário Militar [IUM], Lisboa.

Eurostat (2020). *Estatistic Explained, Estrutura populacional e envelhecimento*. ISSN 2443-8219. [Página online]. Retirado de https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Population_structure_and_ageing/pt

Instituto de Ação Social das Forças Armadas. (2019). *Relatório de Atividades 2018*. Lisboa: Autor. [Página online]. Retirado de: https://www.iasfa.pt/Site_iasfa_conteudo/DOCUMENTOS/INSTRUMENTOS%20DE%20GEST%3%83O/e.%20Relat%3%B3rios%20de%20Atividades/RA_2018.pdf

Instituto de Ação Social das Forças Armadas. (2020a). *Plano Estratégico 2019-2021*. Lisboa: Autor. [Página online]. Retirado de: https://www.iasfa.pt/Site_iasfa_conteudo/DOCUMENTOS/INSTRUMENTOS%20DE%20GEST%3%83O/Plano%20Estrat%3%A9gico/PE_2019-2021.pdf

Instituto de Ação Social das Forças Armadas. (2020b). *Relatório de Atividades 2019*. Lisboa: Autor. Manuscrito submetido para publicação

Instituto de Ação Social das Forças Armadas. (2021). *PORTAL DO IASFA, I.P.* [Página online]. Retirado de: <https://www.iasfa.pt/portfolio/>

Lei n.º 28/84, de 14 de agosto (1984). *Primeira Lei de Bases Gerais da Segurança Social*. Diário de República, 1.ª Série, n.º 188, 2501-2510. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 11/89, de 1 de junho (1989). *Bases gerais do estatuto da condição militar*. Diário de República, 1.ª Série, n.º 125, 2096-2097. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 71/98, de 3 de novembro (1998). *Bases do enquadramento jurídico do voluntariado*. Diário de República, 1.ª Série, n.º 254, 5694-5696. Lisboa: Assembleia da República.

Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro (2004). *Lei-Quadro dos Institutos Públicos*. Diário de



- República, 1.^a Série, n.º 12, 301-3011. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro (2005). *Convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social*. Diário da República 1.^a Série, n.º 249, 7311-7313. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro (2007). *Lei de Bases Gerais do Sistema de Segurança Social*. Diário de República, 1.^a Série, 11, 345-356. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 30/2013, de 8 de maio (2013). *Lei de Bases da Economia Social*. Diário de República, 1.^a Série, 88, 2727-2728. Lisboa: Assembleia da República.
- Mozzicafreddo, J.P. (1994). *O Estado-Providência em transição*. Sociologia – Problemas e Práticas, N.º 16, pp. 11-40. [Página online]. Retirado de: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/912/1/4.pdf>
- Pequito, J.P.F.L. (2009). *Políticas de Imigração, Estado de Bem-estar e População Imigrante em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Economia e Política Social. [Página online]. Retirado de: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1149/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Mestrado%20Jos%c3%a9%20Pedro%20Pequito.pdf>
- Pereirinha, J.A. & Carolo, D.F. (2006). *Construção do Estado-providência em Portugal no período do Estado-Novo (1935- 1974): notas sobre a evolução da despesa social*. [Página online]. Retirado de: https://aquila.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=26464&contentTypeContextPath_PATH=/homepage/pereirin/publicacoes&_request_checksum_=ab446b9a067f3e4c1e82b43d3eaf3f15d37167b6
- Plano de Recuperação e Resiliência [PRR]. (2021). *Plano de Recuperação e Resiliência. Síntese atualizada em 15.fev.2021*. Retirado de: [file:///C:/Users/35196/Downloads/Plano%20de%20Recuper%C3%A7%C3%A3o%20e%20Resili%C3%Aancia%20-%20consulta%20publica%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/35196/Downloads/Plano%20de%20Recuper%C3%A7%C3%A3o%20e%20Resili%C3%Aancia%20-%20consulta%20publica%20(2).pdf) [Acedido 14 mar. 2021]
- Portaria n.º 383/2008, 29 de maio (2018). *Estabelece a Estrutura Nuclear da Polícia de Segurança Pública*. Diário da República, 1.^a Série, 103, 3015-3020. Lisboa: Ministérios das Finanças e da Administração Interna.
- Portaria n.º 189/2013, 22 de maio (2013). *Aprova os Estatutos do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P.* Diário da República, 1.^a Série, 98, 3016-3019. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.



- Rego, A., Cunha, M. P. e, & Meyer Jr., V. (2019). *Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação*. Revista De Gestão Dos Países De Língua Portuguesa, 17(2), 43-57. [Página online]. Retirado de: <https://doi.org/10.12660/rgplp.v17n2.2018.78224>.
- Reis, F.J. (2008). *O Apoio Social nas Forças Armadas*, Jornal do Exército, n.o 576, pp. 46-54. 2008. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Santos, L. A. B., & Lima, J. M. M. (Coord.). (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. (2.^a ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP). (2019). *Relatório de Atividades 2019*. Lisboa: Autor. [Página online]. Retirado de: <https://www.ssap.gov.pt/documents/20142/36290/RA2019SSAP.pdf/84a6a0c5-b3f8-4444-70fc-7e6421bd2a66>
- Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSGNR). (2020). *Relatório de Atividades 2019*. Lisboa: Autor. [Página online]. Retirado de: https://www.ssgnr.pt/pdf/Relatorio_Atividades_SSGNR_2019.pdf
- Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública (SSPSP). (2017). *Relatório de Atividades 2017*. Lisboa: Autor. [Página online]. Retirado de: [file:///C:/Users/35196/Downloads/Relatorio%20de%20Atividades%20SSPSP%202017%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/35196/Downloads/Relatorio%20de%20Atividades%20SSPSP%202017%20(4).pdf)
- Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública. (2018). *Norma de Controlo Interno dos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública*. Lisboa: Autor. [Página online]. Retirado de: [file:///C:/Users/35196/Downloads/Norma%20Controlo%20Interno%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/35196/Downloads/Norma%20Controlo%20Interno%20(2).pdf)
- Tribunal de Contas. (2019). [TdC]. *Auditoria de Resultados ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (Relatório N.º 4/2019, 2ª Secção)*. [Página online]. Retirado de: https://erario.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2019/2s/rel004-2019-2s.pdf
- União das Misericórdias Portuguesas [UMP]. (2002). *Fazer a história das misericórdias. Vol.1. In Portugaliae monumenta misericordiarum*. Lisboa: UMP [Página online]. Retirado de: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8630/1/PMM_Vol1.pdf



Anexo A — Estrutura Orgânica do IASFA

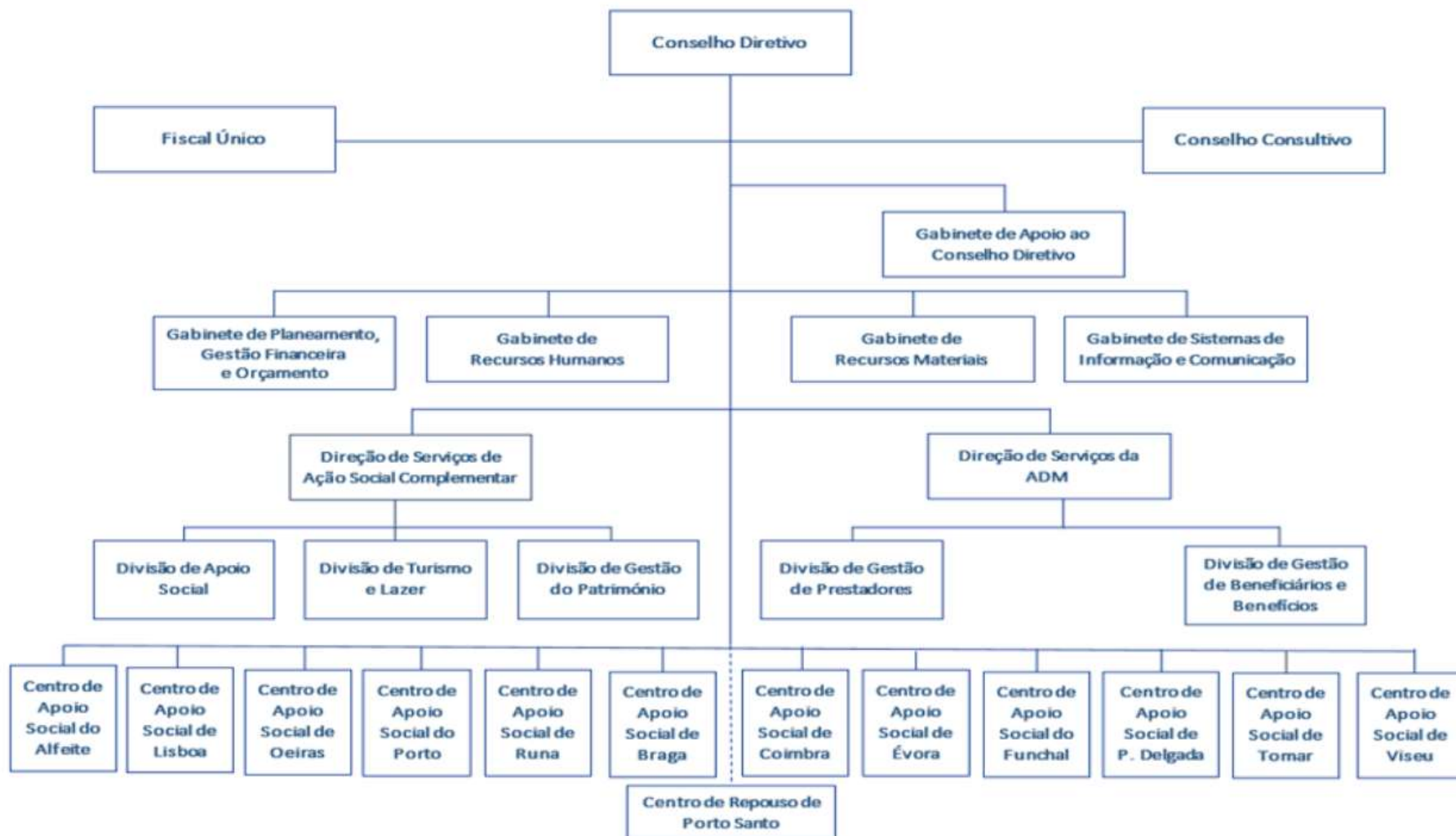


Figura 12 – Estrutura Orgânica do IASFA

Fonte: (IASFA, 2020b, p. 12).

**Apêndice A — Percurso histórico do IASFA****Quadro 2 – Percurso histórico do IASFA**

ANO	AÇÃO INSTITUCIONAL	LEGISLAÇÃO
1827	Criação do Hospital Real dos Inválidos Militares (HRIM)	
1844	Instalação do Asilo dos Inválidos da Armada em Vale de Zebro	
1920	Criação da comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos	
1925	Criação do Cofre Previdência dos Oficiais do Exército Metropolitano	Decreto n.º 10 975, 29 de julho de 1925
1925	Criação do Montepio dos Sargentos de Terra e Mar	Lei n.º 1815, 20 de agosto de 1925
1927	Criação do Cofre de Previdência dos Sargentos de Terra e Mar	Decreto n.º 14589, 18 de novembro de 1927
1931	Criação da Comissão de Assistência aos Tuberculosos da Armada	Decreto n.º 19 293, 30 de janeiro de 1931
1941	Aprovação do regulamento do Asilo de Inválidos Militares	Portaria n.º 9717, 2 de janeiro de 1941
1944	Início funcionamento da colónia de férias para filhos de sargentos	
1950	Criação da Ação Social da Armada (ASA)	Despacho n.º 51, de 6 de maio de 1950
1953	Criação da colónia de férias para familiares de oficiais	
1956	Criação do lar académico para filhos de oficiais	
1956	Criação da Obra Social do Exército e da Aeronáutica (OSEA)	Decreto-Lei n.º 40756, 7 de setembro 1956
1957	Criação do Centro Social Médico e Educativo do Alfeite (CSMEA)	
1958	Criação dos Serviços Sociais das Forças Armadas – SSFA	Decreto-Lei n.º 42072, de 31 dezembro 1958
1959	Criação do Lar Académico para Filhos de Sargentos	
1960	Criação Lar Académico de Filhos de Oficiais e Sargentos (LAFOS)	Decreto-Lei n.º 42851, 17 de fevereiro 1960
1960	Aprovação Regulamento da Caixa Económica das Forças Armadas	Portaria n.º 17609, 26 de fevereiro de 1960
1960	Aprovação do Estatuto do Cofre de Previdência das Forças Armadas	Decreto-Lei n.º 42945, 26 de abril de 1960
1961	Criação Assistência aos Tuberculosos das Forças Armadas (ATFA)	Decreto-Lei n.º 44131, 30 dezembro 1961
1965	Asilo de Inválidos Militares passa a Lar de Veteranos Militares LVM	Decreto-Lei n.º 46316, 29 de abril de 1965
1969	Criação das Delegações do Porto e de Tomar dos SSFA	
1970	Criação das Delegações de Coimbra e de Braga dos SSFA	
1973	Criação da Delegação do Funchal dos SSFA	
1980	Criação da Delegação de Évora dos SSFA	
1984	Alteração designação do LAFOS para Lar Académico Militar (LAM)	Decreto-Lei n.º 394/84, de 16 de outubro
1988	Aprovação do Regulamento de Beneficiários dos SSFA	Decreto-Lei n.º 345/88, de 1 de junho
1989	Criação do Complexo das Forças Armadas – COSFA	Decreto-Lei n.º 156/89, de 12 de maio
1993	Integração dos SSFA no Ministério da Defesa Nacional (MDN)	Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de fevereiro
1993	A ATFA passa a designar-se Centro Militar de Medicina Preventiva	Decreto-Lei n.º 48/93, de 26 de fevereiro
1995	Criação do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA)	Decreto-Lei n.º 284/95, de 30 de outubro
1995	Criação (alteração de designação) dos CAS de Runa, Oeiras e Alfeite	Decreto-Lei n.º 284/95, de 30 de outubro
2000	Criação do Centro de Apoio Social de Lisboa (CAS Lisboa)	Portaria n.º 706/2000, de 4 de setembro
2002	Criação do CAS Ponta Delgada do IASFA	Portaria n.º 487/2002, de 5 de março
2005	Criação da ADM e atribuição da sua gestão ao IASFA	Decreto-Lei n.º 167/2005 - 23 de setembro
2006	Criação da Delegação de Viseu do IASFA	Decreto-Lei n.º 284/95, de 30 de outubro
2009	Criação do IASFA, I.P.	Decreto-Lei n.º 215/2009, de 4 de setembro
2009	Aprovação dos Estatutos do IASFA, I.P.	Portaria n.º 1271/2009, de 19 de setembro
2010	Promulgação do Regulamento dos Beneficiários do IASFA, I.P.	Portaria n.º 1238/2010, de 14 dezembro
2011	Criação da Residência Universitária de Coimbra (RUC)	
2012	Aprovação da orgânica do IASFA, I. P.	Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto
2016	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto	Decreto-Lei n.º 35/2016, 29 de junho

Fonte: Adaptado de (Carvalho 2013, pp. A.3-A.22).

**Apêndice B — Valências da ASC asseguradas pelo IASFA****Quadro 3 – Valências da ASC asseguradas pelo IASFA**

Valências - IASFA		Serviços Centrais	Centro Repouso P. Santo	Centros de Apoio Social											
				Braga	Porto	Viseu	Coimbra	Tomar	Runa	Oeiras	Lisboa	Alfeite	Évora	Ponta Delgada	Funchal
Infância	Berçário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
	Creche	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
	Jardim Infância	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
Ação Social	Acompanhamento Social	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Protocolos diversos	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juventude	Residências Universitárias	-	-	-	X	-	X	-	-	X	-	-	-	-	-
Adultos	Alojamento Temporário	-	-	-	X	-	X	-	X	X	-	-	-	-	-
	Serviço de Alimentação	Restaurante	X	-	X	-	-	-	X	X	X	X	-	-	-
		Eventos	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Idosos	ERPIs	UF 1	-	-	X	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-
		UF 2	-	-	-	X	-	-	X	X	-	-	-	-	-
		Centros Convívio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
	Apoio Domiciliário		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Residência Assistida		-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Apoio Financeiro	Comparticipações	CAE	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		CEAD	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		SCERPI	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Subsídios	SCCE	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		SCAP	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		SCE	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		SCN	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		STE	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Morte (CPFA)	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Habitação Arrendamento Social	Apartamentos Autónomos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Renda Económica	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Renda Livre	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde	Serviço de Apoio Médico	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
	Postos Clínicos	-	-	-	X	X	-	X	X	-	X	X	-	X	-
Tempos Livres	Alojamento Temporário Lazer	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Atividades Socioculturais	-	-	X	X	X	X	X	X	X	-	X	X	X	-
	Atividades Recreativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Atividades Lazer	-	-	X	X	X	X	-	X	X	-	X	X	X	-
Apoio ao Beneficiário - Atendimento ASC		-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS (ERPI) – Estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir uma das seguintes modalidades de alojamento: a) Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; b) Quartos e c) Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos. (CS 2006, p.5).

UNIDADE FUNCIONAL Tipo 1 (UF1) e Tipo 2 (UF2) - As ERPI do IASFA são compostas por UF1 e UF2. As UF1 destinam-se a beneficiários autônomos, em situação de algum risco de perda de independência e/ou autonomia e parcialmente dependentes para a prática das atividades básicas instrumentais da vida diária. As UF2, destinam-se a beneficiários com dependência moderada a grave. As UF1, possuem, pelo menos, um assistente social, um enfermeiro e um médico. As UF2, possuem um enfermeiro, um assistente social e um médico, que se articulam com um dietista, um psicólogo, um fisioterapeuta e um terapeuta ocupacional (TdC 2019).

RESIDÊNCIA ASSISTIDA – Resposta social, desenvolvida em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial (CS 2006, p.5).

ACOMPANHAMENTO SOCIAL - Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência (CS 2006, p.7).

APOIO DOMICILIÁRIO – Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária (CS 2006, p.6).

CENTRO DE CONVÍVIO – Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade (CS 2006, p.5).

SUBSÍDIOS E PARTICIPAÇÕES (IASFA 2021):

COMPARTICIPAÇÃO DE APOIO ESCOLAR (CAE). Prestação em dinheiro, para compensar os encargos familiares resultantes das despesas suportadas com a educação das crianças e jovens. É atribuída no período do ano escolar (10 meses), em função da situação socioeconómica do beneficiário.

COMPARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE APOIO NA DEFICIÊNCIA (CEAD). É atribuída ao beneficiário portador de deficiência, em função da sua situação socioeconómica, que suporte encargos inerentes à condição de deficiência, através da frequência de estabelecimentos dedicados, ou atividades complementares necessárias à superação da deficiência.

SUBSÍDIO COMPLEMENTAR POR CARÊNCIA ECONÓMICA (SCCE). É atribuído a todo o beneficiário, em função da sua situação socioeconómica e cujo rendimento mensal seja inferior ao valor do Mínimo Vital (MV), estando condicionado à aprovação anual, de acordo com a disponibilidade financeira.

SUBSÍDIO COMPLEMENTAR APOIO DE 3.ª PESSOA (SCAP). É atribuído a todo o beneficiário, em função da sua situação socioeconómica, que se encontre em situação de necessidade de apoio de 3.ª pessoa ou instituição/serviço, sem que se torne necessário o seu internamento em estabelecimento hospitalar ou não seja aconselhável ou possível o internamento em ERPI.

SUBSÍDIO COMPLEMENTAR PARA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS (SCERPI). É atribuído em função da situação socioeconómica do beneficiário institucionalizado em ERPI, por motivos de isolamento, risco de perda de independência e/ou autonomia, ou parcial/totalmente dependente para prática das Atividades Básicas da Vida Diária.

SUBSÍDIO COMPLEMENTAR EXTRAORDINÁRIO (SCE). É atribuível mediante proposta do Técnico Superior de referência (Serviço Social) do CAS.

SUBSÍDIO COMPLEMENTAR DE NASCIMENTO (SCN). É atribuído por ocasião do nascimento do filho de um beneficiário da ASC, tem um montante fixo de 150,00€, não retroativo e atribuído de uma só vez, independentemente do rendimento/capitação do agregado. Objetivo: promover o combate ao envelhecimento demográfico e renovação geracional.

SUBSÍDIO DE TRANSIÇÃO ESCOLAR (STE). Prestação atribuída uma única vez e sem condição de recursos, a todos os filhos de beneficiários que transitam para novos ciclos de ensino. Transição para o: 1.º ano de escolaridade; 5.º ano de escolaridade; 7.º ano de escolaridade; e 10.º ano de escolaridade.



Apêndice C — Entrevistas aos responsáveis pelo AS nos Ramos FFAA

Quadro 4 – Entrevistas aos responsáveis pelo AS nos Ramos FFAA

Questão	MARINHA CMG Borges Gaspar Diretor da Direção de Apoio Social	EXÉRCITO BGen Pereira dos Santos Diretor da Direção de Serviço de Pessoal	FORÇA AÉREA Cor José Severiano Chefe do Serviço de Ação Social
1. Como está estruturado o Apoio Social (AS) nesse Ramo das Forças Armadas?	O AS está centralizado na DAS. Todos os pedidos de apoio, tanto efetuados pelos militares ou familiares como por indicação das Unidades, são efetuados diretamente à DAS. Mesmo afastados do serviço, os militares continuam a solicitar apoio à Marinha, através da DAS.	[...] a DSP centraliza o planeamento e coordenação, sendo as Unidades responsáveis pela execução. A DSP detém autoridade técnica, com especial enfoque, nos delegados de apoio à família, pedidos de isenção de propinas, seguros para missões no estrangeiro e apoio aos Deficientes das Forças Armadas (DFA).	O AS está atribuído ao SAS, que coordena a atividade desenvolvida e detém autoridade técnica sobre os Gabinetes de Ação Social (GAS) existentes em todas as Unidades, [...] que encaminham para o SAS as situações mais complexas, para que este proceda ao seu acompanhamento e resolução [...]”
2. Que tipo de AS é prestado pelo Ramo, ao nível da ação social complementar (ASC)?	A Marinha não dispõe desta capacidade, à exceção de uma messe residencial em Ponta Delgada, [...] que pode ser utilizada pelos militares e famílias para lazer. [...] podem ainda utilizar as instalações existentes em alguns faróis nacionais, pertencentes à Autoridade Marítima Nacional (AMN) [...]	Essas competências estão atribuídas ao IASFA. A capacidade existente resume-se às Messes militares, de Lisboa (2), Caxias, Porto (2), Évora, Faro, Lagos e Tavira, para alojamento temporário e alimentação, em especial para lazer. [...] Para os DFA, foi criada capacidade de alojamento temporário no Batalhão de Serviço de Transportes, para deslocações ao HFAR.	Compete ao IASFA disponibilizar esses equipamentos. A FA não tem valências dedicadas, exceto um infantário, na Base Aérea N.º 11, em Beja, [...] As Unidades que têm alojamentos, disponibilizam alguma capacidade para lazer [...]. Em situações de dificuldade socioeconómica, já se tem providenciado habitação nas Unidades.
3. São desenvolvidas algumas ações que visem assegurar o bem-estar dos militares e famílias?	A DAS organiza anualmente uma Atividade de Tempos Livres, para filhos de militares, com diversas atividades, visitas a Unidades navais, museus, e praia, a baixo custo, apoiadas por entidades com protocolos.		A mini recruta destinada aos filhos de militares e civis da Força Aérea; a festa de Natal destinada aos filhos de militares e civis; uma viagem de grupo anual a uma determinada zona do País.
4. Existem protocolos deste âmbito, celebrados com entidades externas?	A Marinha tem firmados protocolos nas mais variadas matérias, desde a saúde à educação, turismo e lazer, educação, restauração, hotelaria, viagens, consultadoria diversa, dietética, ginásios, entre outros, que se estendem por todo o território nacional, embora com maior incidência nas zonas metropolitanas.	O Exército protocolos em diversas matérias, desde a saúde, educação, turismo e lazer, hotelaria, viagens, banca, apoio domiciliário, lares, etc. Cabe à DSP a condução dos processos, os quais só são celebrados se houver vantagem efetiva, relativamente às condições comerciais gerais.	A quantidade de protocolos efetuados é elevada. Podem ser consultados na intranet da Força Aérea. Abrangem o apoio à família, atividades recreativas e de lazer, ensino e formação profissional, saúde e bem-estar, lares, apoio domiciliário, entre outros. Estão mais concentrados próximos das unidades da FA.
5. Como é transmitida informação aos militares, relativa ao AS, disponibilizado pelo Ramo e pelo IASFA?	O portal da Marinha tem uma área só dedicada ao AS. A Newsletter mensal, enviada por mail aos militares e palestras. Antes das missões, a DAS ministra palestras dedicadas aos militares sobre o que fazer em caso de necessidade, incluindo para apoio às famílias.	O Portal na internet tem bastante informação sobre AS, tanto do Exército como do IASFA. Através d boletim de vencimentos. A SIP (Súmula de Informação Periódica), contém informação relevante, incluindo sobre AS.	Através do Portal, por e-mail junto de todos os Gabinetes de Ação Social (GAS) das unidades. Na reunião anual com os chefes dos GAS é transmitido para que exerçam na unidade um papel esclarecedor sobre as valências do IASFA



O apoio social nas Forças Armadas

6. O IASFA é visto como uma entidade que dá um apoio efetivo à Família Militar?	Sim, naquelas situações mais complicadas onde a Marinha não tem capacidade. Nas situações mais problemáticas em que a Marinha solicitou, o IASFA deu resposta e ajudou a resolver.	O IASFA é a entidade com competências, os recursos e as capacidades, no que respeita à ação social complementar e dá apoio quando é solicitado. Sempre que foi necessário, o IASFA deu resposta, dentro das capacidades existentes.	Esse apoio existe. Contudo, reconhece-se que, poderá estar mais dirigido para militares na reserva ou na reforma. Isso faz com que os militares no ativo sintam pouco apoio por parte do IASFA. Em muitos casos quase ignoram a sua existência.
7. Formalmente, a ligação dos Ramos ao IASFA só é feita através do Conselho Consultivo. Seria importante uma ligação a outro nível?	Por norma existe uma boa ligação com o IASFA, que se estabelece, fundamentalmente, entre as Assistentes Sociais da DAS e do IASFA. Quando é necessário as situações são tratadas.	A ligação ao IASFA ocorre sempre que se revela necessária, por norma, com boa capacidade de resposta, embora o reforço da coordenação entre o IASFA e os Ramos possa representar uma oportunidade de melhoria.	No caso dos militares no ativo os ramos conhecem melhor os problemas e dificuldades destes. Podia ser uma mais-valia, se pudessem ter um papel mais ativo nas políticas seguidas pelo IASFA. É fundamental que exista uma boa articulação, para dar resposta aos problemas dos militares, muitas vezes resultantes da condição militar, e a resposta que o IASFA deve dar.
8. O facto do IASFA não estar integrado na estrutura das FFAA pode influenciar de alguma forma o apoio à Família Militar?	Não conhecia bem como funcionava quando estava na dependência do EMGFA, mas a ideia que dá é que tudo começou a funcionar pior quando a gestão da ADM passou para o IASFA. Os problemas da ADM repercutiram-se na ASC, incluindo no consumo de recursos humanos que isso acarretou.		É difícil responder a essa questão. Os problemas financeiros têm sido claramente o maior problema do IASFA. A separação clara das atividades da ASC e da ADM é essencial. Talvez depois de resolvido o problema financeiro, seja mais fácil perceber onde deve estar integrado o IASFA.
9. Será que a articulação existente entre o IASFA e os Ramos é a mais adequada (e funcional) ou poderia ser melhorada? De que forma?	A participação que os Ramos têm é no Concelho Consultivo, que tem o poder que tem. Mas há sempre margem para melhorar.	Há sempre margem para melhorar, mas para melhorar é preciso saber onde e como se pode melhorar. Sempre que houve necessidade de interagir com o IASFA, isso foi feito e as situações foram resolvidas. Pode ser explorado o reforço dessa ligação, para coordenação de atividades, e não duplicarmos capacidades.	Há sempre espaço para ser melhorada a articulação. Julgo que a forma de melhorar essa articulação dependerá mais do IASFA do que dos Ramos.
10. O AS aos militares e famílias, é um direito previsto na LBGECM (Lei 11/89). Será que o apoio disponibilizado dá cumprimento ao que a lei prevê?	É sempre relativo. Para quem precisa a ajuda parece sempre pouca. Para quem apoia, faz o que pode, dentro das limitações existentes.	Não tenho dados que permitam responder objetivamente à pergunta. Sempre que há necessidade de dar algum apoio, dentro dos condicionalismos existentes, procuramos responder. Pode-se sempre fazer mais, mas é importante que cada entidade atue dentro das competências que estão atribuídas a cada uma das instituições.	A lei não quantifica com rigor a quantidade de apoio social a prestar, embora seja sempre possível melhorar. Existem problemas bastante complexos, alguns muito recentes que exigem das organizações respostas multidisciplinares, recursos humanos bem preparados e disponibilidades financeiras para ser possível encontrar as soluções adequadas.



Apêndice D – Inquérito por questionário “Apoio Social nas Forças Armadas”

O presente questionário desenvolve-se no âmbito da realização do Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) 2020/2021, do Coronel José Chambel, e tem o propósito de analisar a perceção dos militares sobre a ação social complementar (ASC) disponibilizada à Família Militar.

No conceito de ASC está incluído: o apoio na infância (Infantários e creches); o apoio a idosos (Lares, centros de convívio, apoio domiciliário); habitação social; alojamento temporário e restauração; protocolos com empresas externas; turismo, lazer e férias; atividades culturais/recreativas, entre outros.

O questionário é de resposta anónima e toda a informação recolhida será tratada de forma a assegurar a confidencialidade dos respondentes, destinando-se, única e exclusivamente, a tratamento estatístico no âmbito da investigação.

A sua resposta é essencial para o sucesso deste estudo e, considerando que não existem respostas certas ou erradas, solicita-se apenas que dê a sua opinião e que responda com sinceridade a todas as questões.

Para responder deverá assinalar a opção que corresponde melhor à sua opinião, ou com a qual mais se identifica. A duração aproximada para responder a todas as questões do questionário é cerca de 10 minutos.

Apoio Social nas Forças Armadas	
Questões	Opções de resposta
Q1 – Qual o seu sexo? Q2 – A que grupo etário pertence? Q3 – Qual o seu estado civil? Q4 – A que Ramo das FFAA pertence? Q5 – A que Categoria pertence? Q6 – Qual a sua situação de Serviço? Q7 – Qual a forma de prestação de Serviço? Q8 – Indique área (distrito/região) de residência?	Masculino / Feminino < 25 anos; 25-39 anos; 40-54 anos; 55-60 anos; > 60 anos Solteiro; Casado; Outro Marinha; Exército; Força Aérea Oficiais; Sargentos; Praças Ativo; Reserva; Reforma Quadro Permanente; Regime de Voluntariado / Regime de Contrato Distrito
Q9. Considera que o apoio social aos militares constitui:	a. Um direito b. Uma regalia c. Um gesto de solidariedade d. Não sei / Não respondo e. Outra:
Q10. No atual enquadramento normativo, qual/qua(s) entidade(s) com responsabilidades pelo apoio social nas Forças Armadas?	a. Ramos das FFAA b. EMGFA c. MDN d. IASFA, I.P. e. Todas as anteriores f. Não sei / Não respondo
Q11. Atualmente, o apoio social é só para os militares ou abrange os membros do agregado familiar?	a. Só os militares b. Militares e familiares
Q12 – A quem recorrerá em primeiro lugar se necessitasse de Apoio Social?	a. Ao Ramo militar b. Ao EMGFA c. Ao MDN d. Ao IASFA, I. P. e. Outra:
Q13. Qual o grau de importância que atribui às seguintes valências da ação social complementar? Classifique-as na escala entre 1 (menor importância) e 5 (maior importância)	a. Apoio na infância (Infantários, creches) b. Alojamento temporário, habitação social, restauração c. Apoio a idosos (Lares, centros convívio, apoio domiciliário) d. Subsídios e participações e. Atividades de lazer, turismo e férias f. Atividades culturais/recreativas g. Protocolos c/ entidades externas
Q14. Tem conhecimento se o seu Ramo disponibiliza algum tipo de apoio, no âmbito da ação social complementar? (Permitida mais do que uma opção de resposta)	a. Infantários e creches b. Centros de Convívio c. Alojamento temporário para lazer (incluindo Messe residencial) d. Atividades de lazer, turismo e férias e. Atividades culturais/recreativas f. Protocolos com entidades externas g. Serviços de restauração h. Não sei / Não respondo i. Outra:
Q15. Considera que o seu Ramo o(a) mantém convenientemente informado(a), sobre a ação social complementar que lhe pode ser disponibilizada e sobre quem a pode disponibilizar?	a. Sim b. Não c. Parcialmente informado d. Não sei / Não respondo



Q16. Tem conhecimento das valências de ação social complementar existentes no IASFA, I.P.? (Permitida mais do que uma opção de resposta)	a. Apoio a idosos (Lares e apoio domiciliário) b. Centros de Convívio c. Infantários e creches d. Residências Universitárias e. Apoio à habitação (arrendamento) f. Subsídios e participações g. Atividades culturais/recreativas h. Protocolos c/ entidades externas i. Atividades de lazer, turismo e férias j. Alojamento temporário lazer l. Serviços de restauração m. Todas as anteriores n. Não sei / Não respondo o. Outra:
Q17. Considera que o IASFA, I.P. o(a) mantém convenientemente informado(a), sobre a ação social complementar que lhe pode ser disponibilizada?	a. Sim b. Não c. Parcialmente informado d. Não sei / Não respondo
Q18. No âmbito da ação social complementar, identifique a resposta que melhor descreve a situação em que se insere:	a. Nunca solicitei apoio ao meu Ramo porque não sabia que podia ser atribuído. b. Nunca solicitei apoio ao meu Ramo por opção própria. c. Solicitei apoio ao meu Ramo e foi-me atribuído. d. Solicitei apoio ao meu Ramo e encaminharam-me para o IASFA, I.P. e. Outra:
Q19. No âmbito da ação social complementar, identifique a resposta que melhor descreve a situação em que se insere:	a. Nunca solicitei apoio ao IASFA, I.P. porque não sabia da sua existência. b. Nunca solicitei apoio ao IASFA, I.P. por opção própria. c. Nunca solicitei apoio ao IASFA, I.P. porque não tem as valências adequadas. d. Solicitei apoio ao IASFA, I.P. e foi-me atribuído. e. Outra:
Q20. Quem deverá financiar a ação social complementar aos militares?	a. O Estado b. Os militares c. De forma partilhada entre o Estado e os militares d. Não sei / Não respondo
Q21. Estaria disponível para suportar uma quota, por desconto no vencimento/pensão, para financiar a ação social complementar do IASFA, I.P.?	a. Sim b. Não c. Talvez, se isso representasse um incremento no apoio prestado d. Outra:
Q22. Considera apropriado que os militares contratados possam vir a ser beneficiários da ação social complementar do IASFA, I.P.?	a. Sim b. Não c. Não sei / Não respondo
Q23. Tendo presente que a evolução demográfica em Portugal aponta para o acentuado envelhecimento da população, quais as valências da ação social complementar que considera mais relevantes no futuro? Classifique-as na escala entre 1 (menor relevância) e 5 (maior relevância).	a. Apoio na infância (Infantários, creches) b. Alojamento temporário, habitação social, restauração c. Apoio a idosos (Lares / Apoio domiciliário / Centros de convívio) d. Subsídios e participações e. Atividades de lazer, turismo e férias f. Atividades culturais/recreativas g. Protocolos c/ entidades externas
Q24. Para além das valências incluídas na questão anterior, considera existirem outras relevantes para o futuro? Se afirmativo, indique quais.	
Q25. Tendo presente a esperada degradação das pensões de reforma, em especial para os militares inscritos no Regime Geral da Segurança Social, quais as valências da ação social complementar que considera mais relevantes no futuro para a Família Militar? Classifique-as na escala entre 1 (menor relevância) e 5 (maior relevância).	a. Apoio na infância (Infantários, creches) b. Alojamento temporário, habitação social, restauração c. Apoio a idosos (Lares / Apoio domiciliário / Centros de convívio) d. Subsídios e participações e. Atividades de lazer, turismo e férias f. Atividades culturais/recreativas g. Protocolos c/ entidades externas
Q26. Para além das valências incluídas na questão anterior, considera existirem outras relevantes para o futuro? Se afirmativo, indique quais.	



Apêndice E — Guião de entrevista

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

A presente entrevista enquadra-se no âmbito da realização do Trabalho de Investigação Individual (TII) do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) 2020/21, pelo Coronel de Administração Aeronáutica José Chambel, subordinado ao tema “O Apoio Social nas Forças Armadas”, em especial, a ação social complementar disponibilizada à Família Militar.

Apesar da informação aqui recolhida se destinar, única e exclusivamente, à realização desta investigação, **solicita-se a autorização de V. Exa. para as suas respostas poderem ser citadas, depois de devidamente validadas, na elaboração final do TII.**

Agradeço a sua disponibilidade e colaboração neste estudo, estando disponível para responder a quaisquer questões que possam surgir (contacto: chambel.jjm@ium.pt).

A sua participação é uma mais-valia para a qualidade dos resultados obtidos, e considerando que não existem respostas verdadeiras ou falsas, e reconhecendo o contributo que V. Ex^a poderá dar na matéria em estudo, solicito alguma disponibilidade para responder ao questionário.

1. O Apoio Social (AS) está previsto na Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (LBGECM), Lei 11/89, de 1 de junho, como um direito que deve ser garantido à Família Militar (FM). Tendo em conta a difícil situação financeira do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P. (IASFA), considera que esse direito tem sido convenientemente salvaguardado?
2. Sendo o AS um direito previsto na LBGECM, considera que os militares deverão ter de suportar uma quota por desconto no vencimento/pensão para a ação social complementar (ASC) do IASFA, ou o mesmo deverá ser assegurado pelo Estado?
3. O valor das transferências orçamentais efetuadas anualmente pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN) para o IASFA, destinado à ASC, tem vindo a reduzir ao longo dos anos, agravando os desequilíbrios financeiros. Considera adequado e exequível estabelecer, através de um normativo legal, o valor a transferir em função do número de beneficiários, à semelhança do que acontece com os Serviços Sociais da Administração Pública?
4. Face à missão que tem atribuída, considera o atual modelo organizacional do IASFA, Instituto Público (IP) de regime comum na tutela do Ministro da Defesa Nacional, o mais adequado ou haveria vantagens em adotar outro modelo (incluindo a possibilidade de voltar a ser integrado na estrutura das Forças Armadas (FFAA))?
5. O atual modelo organizacional do IASFA permite que os cargos de direção superior e intermédia, à exceção do Diretor, possam ser desempenhados por não militares. Considera este modelo adequado, face ao universo de beneficiários? Ou os cargos de direção deveriam ser desempenho, exclusivamente, por militares?



6. No que respeita à missão atribuída, tanto os SSGNR como os SSPSP, apenas têm atribuições no âmbito da “proteção social”, estando a “assistência na doença” atribuída às áreas responsáveis pela saúde das respetivas instituições. Considera que haveria vantagens em retirar a gestão da ADM do IASFA?
7. Considera exequível e apropriado que seja criado outro tipo de ligação formal, para além do Conselho Consultivo, entre os Ramos e o IASFA, como forma de aproximar os militares do IASFA e contribuir para que o IASFA possa adequar as valências às necessidades de apoio dos militares?
8. Na opinião dos militares, manifestada no inquérito realizado, as valências de ASC do IASFA mais valorizadas são o apoio a idosos (Lares, centros de convívio e apoio domiciliário) e o apoio à infância (infantários e creches). Considera que estas deverão ser, efetivamente, as valências que devem ser desenvolvidas ou haveria vantagens em fomentar outro tipo de valências?
9. Tendo em conta a caracterização das missões das FFAA e a necessidade de atrair e reter pessoal para a instituição militar, poderá o IASFA, através da ASC, contribuir para esse desiderato? Que tipo de valências deverão ser desenvolvidas/criadas? Que papel poderão/deverão ter os Ramos nesse processo?
10. O envelhecimento da população, face à evolução demográfica, e a sustentabilidade do sistema nacional de pensões, poderá conduzir a um aumento do tempo de permanência dos militares nas fileiras e a uma acentuada redução das pensões de reforma, em especial para os militares, mais novos. Poderá o IASFA, através da ASC, contribuir para atenuar esses efeitos no apoio à FM?
11. Dada a falta de recursos humanos que afeta, também, o IASFA, considera que a criação de um programa de voluntariado (Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro), enquadrável na ASC, envolvendo, nomeadamente, militares aposentados, poderia ser uma boa solução, tanto para o IASFA como para os militares?
12. Considerando que os militares contratados estão abrangidos pela LBGECM, tal como os militares dos quadros permanentes, considera que seria adequado e haveria vantagens se estes militares pudessem fazer parte do universo de beneficiários da ASC do IASFA?
13. Existem outras considerações ou algo mais que considera importante referir, relacionado com este assunto?

Muito obrigado pela colaboração.



Apêndice F — Resumo estatístico dos resultados do inquérito



Figura 13– Área de residência (Q8)



Figura 14– Responsabilidade pelo apoio social (Q10)

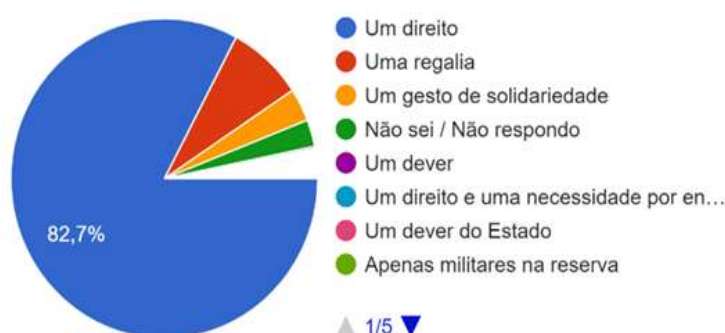


Figura 15 – Perceção do militar quanto à natureza do apoio (Q9)

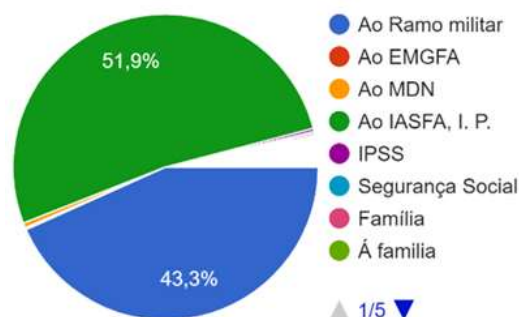


Figura 16 – Entidade a quem o militar recorreria em primeiro lugar (Q12)

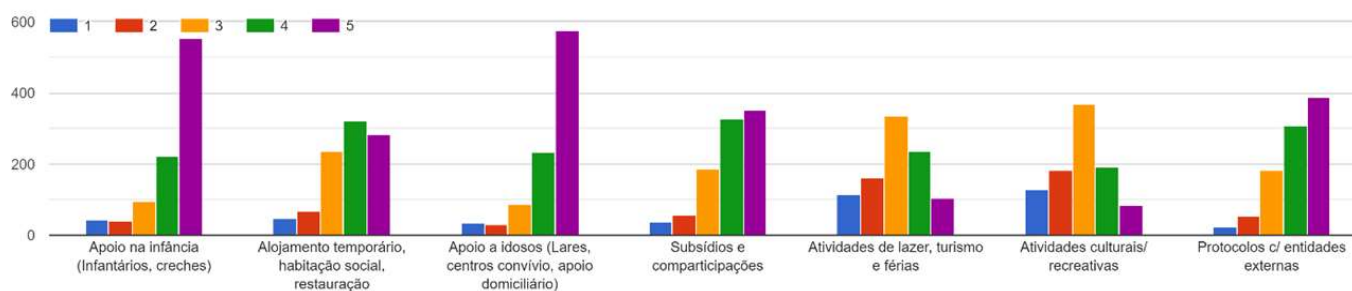


Figura 17 – Grau de importância das valências de ASC (Q13)

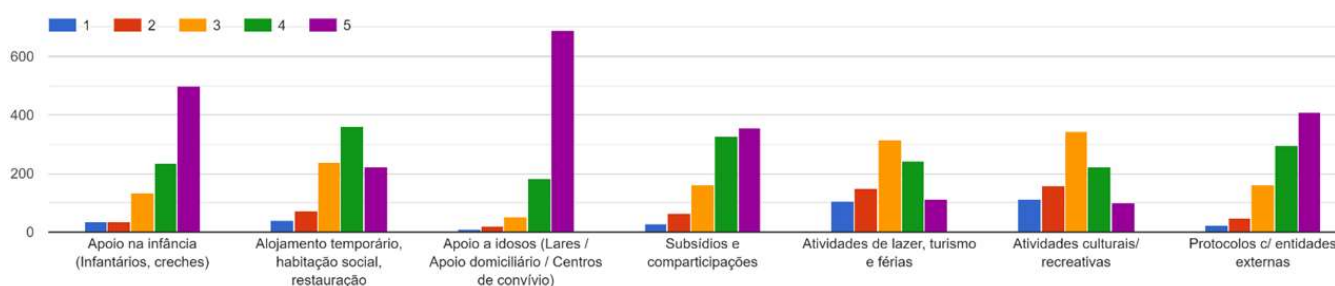


Figura 18 – Grau de importância da ASC, perante a evolução demográfica (Q23)

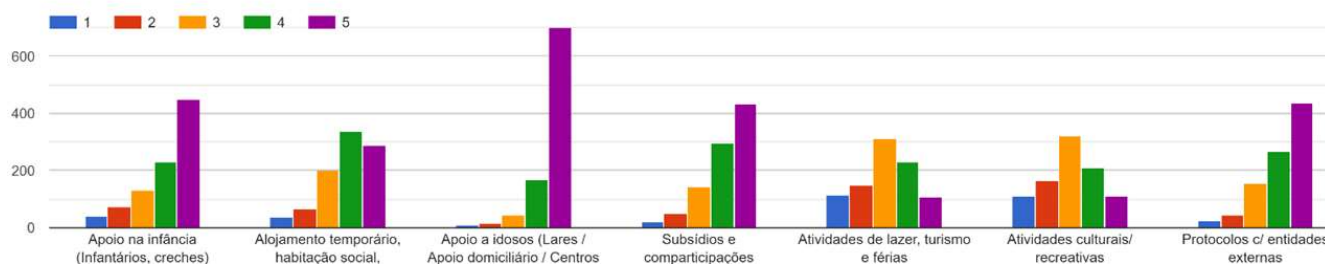


Figura 19 – Grau de importância da ASC, perante a redução das pensões (Q25)

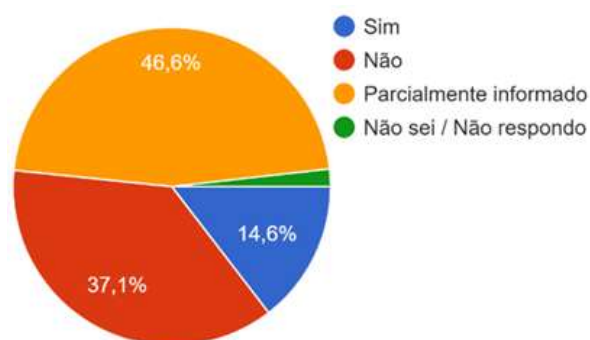


Figura 20 – Informação prestada pelo Ramo (Q15)

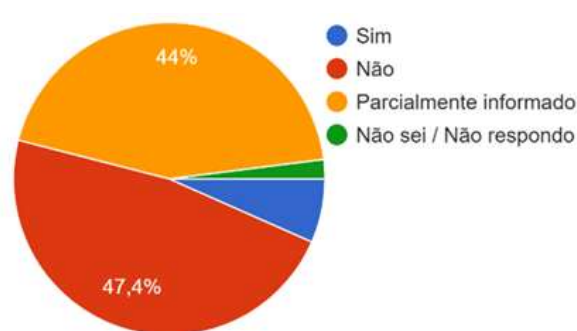


Figura 21 – Informação prestada pelo IASFA (Q17)



Figura 22 – Perceção do militar quanto à ASC disponibilizada pelo Ramo (Q14)

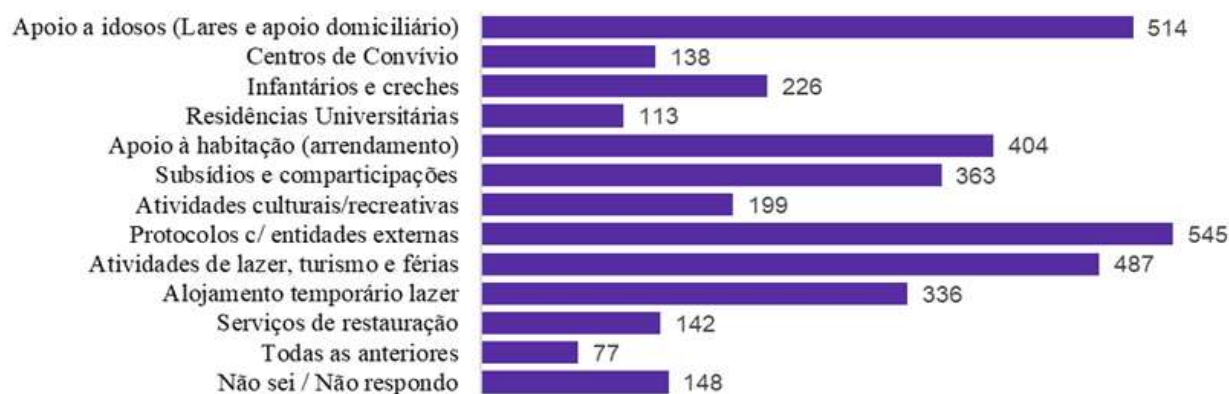


Figura 23 – Perceção do militar quanto à ASC disponibilizada pelo IASFA (Q16)

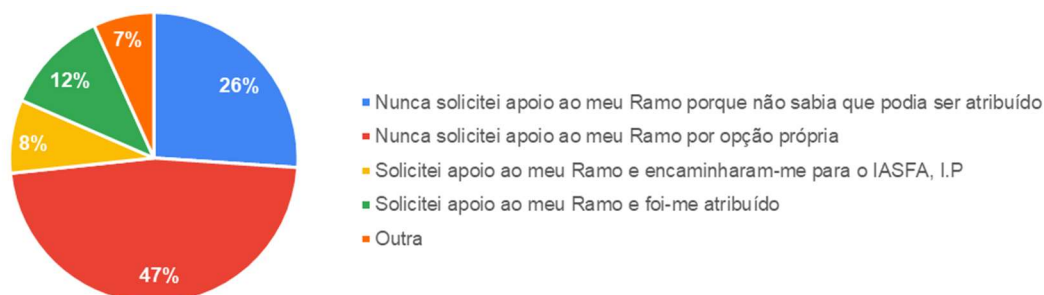


Figura 24 – Perceção do militar quanto à resposta do Ramo (Q18)

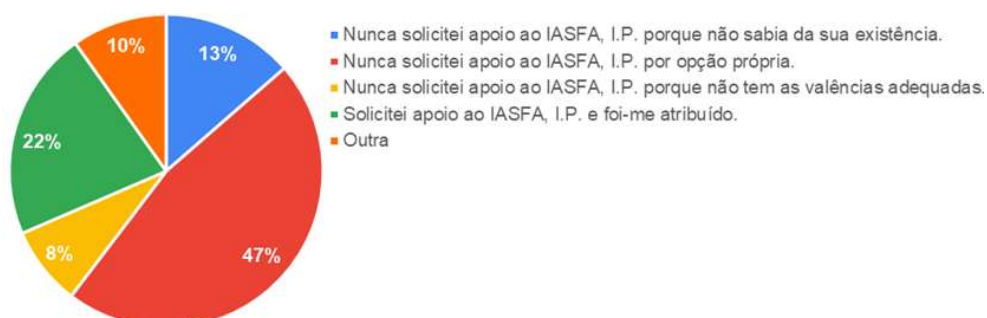


Figura 25 – Perceção do militar quanto à resposta do IASFA (Q19)



Figura 26 – Quem deve financiar a ASC (Q20)

Figura 27 – Possibilidade dos militares contratados beneficiarem da ASC (Q22)



Figura 28 – Disponibilidade do militar para pagar uma quota para a ASC (Q21)

**Apêndice G — Comparativo das valências do IASFA face às congéneres****Quadro 5 – Comparativo das valências do IASFA face às congéneres nacionais**

VALÊNCIAS *		IASFA	SSGNR	SSPSP	SSAP
Infância	Berçário/Creche/Jardim de infância	X			
Ação Social	Acompanhamento Social	X	X	X	X
	Protocolos (apoio domiciliário, saúde, educação, etc.)	96	433	42	1140
Juventude	Residências Universitárias	X	X ¹	X ²	
Pessoal Adultos	Alojamento Temporário	X	X	X	
	Serviço de refeições	X		X	X
Apoio a Idosos	ERPI	X		X ³	
	Centros de Convívio	X		X ³	X
	Formação sénior				X
	Apoio Domiciliário				
	Residência Assistida	X			
Apoio Financeiro, Subsídios e Comparticipações	CAE - Comparticipação de Apoio Escolar	X	X		X ⁴
	CEAD - Comparticipação Escolar de Apoio na Deficiência	X		X	
	SCN - Subsídio Complementar por Nascimento	X	X	X	
	STE - Subsídio de Transição Escolar	X			X
	SCERPI - Subsídio Complementar para ERPI	X			
	SCCE - Subsídio Complementar por Carência Económica	X	X		X
	SCAP - Subsídio Complementar a 3ª Pessoa	X			
	SCE - Subsídio Complementar Extraordinário	X	X		
	Assistência sanitária		X		
	Assistência materno-infantil - Enxoval		X		
	Assistência a órfão		X		
	Assistência invalidez/velhice		X		
	Assistência a habitação		X		
	Assistência funeral		X		
	Empréstimos		X	X	
Cofre de Previdência (Subsídio por morte)		X	X	X	
Habitação	Arrendamento Social (frações)	1412	684	1052	
	Arrendamento Renda Livre (frações)	381	42		
Saúde	Serviço de Apoio Médico	X		X ⁵	
	Postos Clínicos	X			
	Serviços Farmacêuticos	X	X		
Tempos Livres	Alojamento Temporário Lazer	X	X ⁶	X ⁶	X
	Colónias de férias balneares		X	X	
	Campos de férias (pausas escolares)				X
	Atividades desportivas		X	X	
	Atividades Culturais	X	X	X	X
	Atividades recreativas e de lazer	X	X	X	X

* Dados disponíveis nos Portais de Internet e nos Relatórios de Atividades das respetivas entidades.

¹ Residências (masculinas e femininas) em: Lisboa (4), Porto (2), Coimbra (2) e Évora (2), total: 287 quartos.

² Lares de estudantes (Total 13 - Lisboa, Porto, Aveiro, Coimbra, Évora, Faro, P. Delgada).

³ Lar de aposentados em Vieira de Leiria, 48 utentes (apoio médico, enfermagem, assistente social, animação, etc.).

⁴ Subsídio Creche e ama / Educação Pré-escolar.

⁵ Centro Integrado de Ação Social com consulta médicas, enfermagem e serviços diversos.

⁶ Diversas Infraestruturas turísticas em várias zonas do país (continente e ilhas), em zonas balneares e montanha.

Fonte: Construção própria, a partir de (IASFA 2020), (SSGNR 2019), (SSPSP 2017) e (SSAP 2019).



Apêndice H — Síntese das entrevistas realizadas

Quadro 6 – Síntese das entrevistas realizadas

Questões	Síntese de respostas dos entrevistados
Q1	E1 “[...] sobretudo na última década, esse direito não tem sido satisfatoriamente salvaguardado.”
	E2 “[...] seria estranho se não fosse afetado [...] a afetação varia com as condições dos beneficiários e as necessidades de cada um [...] os que estão fora do serviço ativo encontram-se mais desprotegidos [...] os do ativo também são afetados, pelo afastamento da residência [...] deveria haver um apoio mais abrangente, [...]”
	E3 “[...] não sinto que exista uma perceção [...] que haja uma salvaguarda do que tem a ver com o apoio social [...] é mais sentida próximo da passagem à reserva”
	E4 “[...] penso que têm cumprido parcialmente. No passado recente, tem havido um esforço de adequação [...] no cálculo das prestações no arrendamento.”
	E5 “Não se considera que tenha havido uma redução do apoio prestado. No caso dos subsídios, os valores têm vindo a reduzir, porque, face aos critérios de atribuição, muitos dos candidatos não reúnem condições para a sua atribuição. [...] sendo possível, dar melhor condições e diversificar os serviços da ASC.”
	E6 “Não tem sido salvaguardado, também por algum desconhecimento dos beneficiários, que não recorrem mais. Há dificuldades financeira, mas também organizacionais e de recursos humanos.”
	E7 “[...] considera-se que, apesar das atuais limitações [...] a ASC tem funcionado razoavelmente, pese embora ser naturalmente desejável poder ter mais e melhor. Destaca-se [...] as rendas das habitações disponibilizadas pelo IASFA, a maior parte [...] não cumprem com os parâmetros de habitabilidade e conforto”
	E8 “o bom é inimigo do ótimo [...] independentemente do nível de apoio social que for possível disponibilizar, haverá sempre que prosseguir para alcançar escalões superiores [...] a escassez de meios deverá servir de guia a uma gestão cada vez mais criteriosa e exigente das disponibilidades financeiras a afetar à ASC [...]”
	E9 “De forma nenhuma. [...] o atual IASFA abandonou por completo missões que lhe competem [...] creches, jardins de infância, residências académicas [...] fim dos empréstimos sociais [...] programas de férias e lazer a preços exorbitantes, ERPI com pouco apoio e extensas listas de espera [...] habitações fechadas [...]”
	E10 Obviamente, não! Não só não tem sido convenientemente salvaguardado como tem sido muito prejudicado”
Q2	E1 “Absolutamente. Mas também acho que, coerentemente, a Instituição Militar deve ter muito maior voz, se não toda, na gestão do IASFA.”
	E2 “[...] a cobrança da quota está prevista. Faz sentido uma comparticipação pelos beneficiários, mas não exclusivamente [...] no fundo como acontece nas empresas [...] é preciso haver um equilíbrio [...]”
	E3 “não me parece que existam condições para que a ASC seja financiada pelo Estado [...] deve ser, tanto quanto possível, autossustentado. Não devemos criar uma quota para a ASC [...] devemos antes criar as condições para a sua sustentabilidade [...] para permitir reduzir o valor suportado pelos beneficiários”
	E4 “Se é um dever do Estado, o Estado que assuma essa responsabilidade, senão, os militares que tenham compensações doutra natureza [...] se todos contribuirmos um pouco poder-se-á criar condições para ajudar os que mais precisam. Tem é de haver clareza, se o dever é do Estado, o Estado assume e cumpre [...]”
	E5 “Não há intenção de restabelecer a quota [...] sem primeiro rentabilizar os serviços que temos. O IASFA tem de ultrapassar primeiro as ineficiências que tem. [...] aumentar preços onde se justifica que sejam aumentados, e se [...] não conseguirmos o equilíbrio, aí sim poderemos apresentar essa proposta [...]”
	E6 Obviamente que não [...] Não faz sentido, dizer que é um direito e ter de pagar por ele, independentemente do IASFA ter dificuldades [...]”
	E7 “[...] nas últimas décadas, os militares tiveram uma degradação nos apoios, [...] faria sentido o apoio do Estado ser reforçado, sem recorrer aos beneficiários.”
	E8 “o regime jurídico em vigor continua a prever o pagamento de uma quota para a ASC [...] o poder político tem optado por o não regulamentar, com efeitos diretos nas receitas destinadas à ASC [...] não excluiria nenhuma das hipóteses [...] porque não um mix das duas? com determinados escalões de rendimento isentos”
	E9 “A quota para a ASC terminou com o início dos descontos para a ADM [...] é ao Estado que incumbe o financiamento integral da ADM (e o pagamento das dívidas acumuladas) podendo, nestas circunstâncias (desconto zero para a ADM), poder considerar-se a eventualidade de um desconto para o IASFA [ASC]”
	E10 “Essa quotização para a ASC já existiu e nunca deveria ter deixado de existir nos termos em que era praticada.”



Q3	E1	“[...] Há que fazer contas, mas considero ser um modelo a tentar viabilizar.”
	E2	“[...] se o Estado considera que deve impor a si próprio, [...] sem dúvida que sim, se é exequível, já tem a ver com as condições de financiamento do Estado [...] é uma solução interessante que resolverá as tendências do financiamento não ser honrado e corresponde ao cumprimento de uma intenção política anunciada [...]”
	E3	“Claro que sim, com isso concordaria, seria sempre vantajoso clarificar as fontes de financiamento. Tratando-se de um organismo público, tutelado ao mais alto nível, pelo Ministério da Defesa Nacional, que prossegue fins públicos, mais razão existe para haver uma clara definição das fontes de financiamento.”
	E4	“[...] estou inteiramente de acordo. Um modelo misto, partilhado, [...] e solidário em que todos contribuem, cabendo ao Estado o grosso do financiamento.”
	E5	“[...] No ano passado foram transferidos 8,5M€ e neste ano 9,5M€ [...] pretende-se que esse valor sirva para garantir o mesmo tipo de serviço que os SSAP garantem. Mas como o IASFA faz muito mais [...] tem de aumentar a rentabilização das suas capacidades [...] seguindo o princípio do “utilizador pagador” [...]”
	E6	“Não sei se soluciona, é necessário resolver primeiro o problema do défice. Mas sim, poderá ser uma solução.”
	E7	“Se [...] reverter a contínua redução [...] e agravamento do desequilíbrio financeiro, é adequado [...] A exequibilidade depende [...] da vontade política [...]”
	E8	“[...] nada obsta que possa ser objeto de consagração legal [...] não excluiria a coexistência de fontes alternativas de financiamento [...] qualquer solução deve estar sustentada em [...] estudos e [...] reflexão, cientes das especificidades da ASC à família militar, por contraponto à ação desenvolvida pelos SSAP”
	E9	“[...] o que se preconiza é que o Estado financie por completo a ADM [...] nessas circunstâncias pode considerar-se uma taxa [...] para a ASC [...] enquanto isso, há que garantir o financiamento da ASC, em montante nunca inferior aos 0,8% das remunerações [...] “provavelmente” apenas através de normativo legal [...]”
	E10	“[...] cometeu-se um erro ao introduzir a gestão da ADM no IASFA, alterando o conceito, o montante e os destinos da quotização para a ASC. “[...] à semelhança do que sucede com os SSAP, também o Estado deveria transferir uma determinada verba em função do número de beneficiários.”
Q4	E1	“[...] tem vantagem em não integrar a Administração Central do Estado. Precisa de mais flexibilidade. Gostaria muito de ver o IASFA no universo das Forças Armadas (EMGFA). Deve, porém, reconhecer-se que isso implicaria significativos arranjos organizativos.”
	E2	“[...] uma solução dessas teria de ser sujeita a um estudo de exequibilidade, embora isso presentasse ir ao contrário da tendência da organização das FFAA [...] se fosse acompanhado do financiamento, seria uma possibilidade [...] não será a alteração da estrutura que resolve o problema do financiamento.”
	E3	“Não defendo que fique nas FFAA [...] ou é tutelado pelo próprio Ministério [...] ou então, se for financiado pelos beneficiários, deverá ser adotado outro tipo de solução, do tipo mutualista ou outro modelo, gerido pelos beneficiários [...] É uma área muito especializada, deve ser realizada por quem entende da matéria”
	E4	“A tutela tem mais agilidade na decisão e mais facilidade na alocação de recursos. [...] Se, politicamente, houver sensibilidade e respeito pela entrega que essas pessoas deram à Instituição, acho que fica bem na dependência da tutela. [...] as FFAA estarão cada vez mais vocacionadas para a ação [...]”
	E5	“[...] na dependência do EMGFA, poderia ser mais fácil os Ramos colocarem pessoal, [...] na dependência direta do Ministro, é mais fácil o acesso aos centros de decisão. [...] o que se conseguiu, [...] só foi possível na dependência direta do MDN [...] É mais fácil aceder a áreas como [...] as Finanças e a Segurança Social”
	E6	“Se resolvia os problemas, talvez não, mas, sendo uma organização para militares, concetualmente, faria sentido estar na estrutura das FFAA.”
	E7	“[...] A integração do IASFA na estrutura das Forças Armadas, poderia ter algumas vantagens, mas [...] ainda mais constrangimentos no seu financiamento [...]”
	E8	“sempre defendi o lema “estudar para conhecer, conhecer para decidir”, tendo por base vários cenários, quer de contexto, quer de soluções. [...] a melhor solução é a que venha a ser considerada mais adequada [...] aceitável [...] e exequível [...] ponderadas as respetivas vantagens e inconvenientes.”
	E9	“[...] o modelo organizacional atual não respeita [...] não defende os legítimos direitos dos beneficiários. [...] a tutela do IASFA passe para o [...] EMGFA, que nomeia o Presidente executivo [...] integrando a Direção [...] membros dos três Ramos das FFAA [...] das Associações Profissionais [...] da ADFA e ASMR.”
	E10	“Considero um profundo erro ter sido transformado em IP [...] há muitas vantagens em alterar o modelo organizacional, [...] devendo ser integrado, como já foi, na estrutura das FFAA.”
Q5	E1	“Os cargos diretivos do IASFA devem ser providos por militares (Of Gen). Não excluo que possa haver, por exceção, a possibilidade de algum(a) civil. [...] O presidente deve ser sempre militar. A Direção tem que ser plenamente apta a compreender os fundamentos a essência e as decorrências da Condição Militar”



	E2	“A solução atual é adequada. Sendo, obrigatoriamente, militares, corria-se o risco de ir contra o próprio Estatuto da Condição militar, impondo o desempenho de funções a militares não habilitados [...] quando há civis mais competentes e qualificados para funções tão específicas como o apoio social [...]”
	E3	“O Diretor deve ser [...] militar. [...] os restantes elementos, [...] não têm de ser militares, o que deve ser privilegiado são as competências técnicas para o cargo.”
	E4	“Concordo com um modelo misto, em que na Direção deverá existir um equilíbrio da forma de pensar e agir civil e daquilo que é a sensibilidade militar [...] uma forma de complemento das duas vertentes, a cultura e especificidade do militar com o conhecimento técnico da parte civil [...]”
	E5	Da parte da direção do IASFA, não existe essa ideia. [...] ser um general a desempenhar a função não resolve os problemas, será preferível alguém com experiência ou conhecimento nas matérias [...], foram abertos concursos para lugares de direção no IASFA e os militares acabaram por não concorrer [...]”
	E6	“Sendo um Instituto Público, será difícil, legalmente, limitar dessa forma. Se estivesse na estrutura das FFAA, seria diferente. Ainda assim tem havido cuidado em manter na direção um militar.”
	E7	“[...] não se visualiza qualquer vantagem que os cargos de direção [...] não sejam desempenhados exclusivamente por militares, evidentemente selecionados de acordo com as suas competências e perfil [...] Parece evidente que são os militares que conhecem melhor a realidade e necessidades da família militar”
	E8	“[...] o que melhor define um excelente desempenho é a adequação do perfil do candidato ao cargo que exerce [...] adequada formação e experiência, para além da indispensável motivação [...] não raras vezes, os Ramos não conseguem responder favoravelmente aos pedidos do IASFA”
	E9	“[...] toda a estrutura diretiva deve ser composta por militares. [...] os destinatários são a FM e a nossa Cultura própria assim o aconselha. [...] facilitará uma forte ligação dos Ramos ao IASFA [...] com a presença [...] das APMs “obrigatória” como única forma de representatividade dos beneficiários [...]”
	E10	“Não considero o atual modelo adequado [...] faz todo o sentido que os cargos de direção superior sejam desempenhados por militares [...] No entanto, será fundamental um grande rigor e transparência nos critérios para a sua nomeação.”
Q6	E1	“[...] tenho isso como necessário. A ADM até poderia integrar a estrutura do IASFA, mas de modo diferenciado com uma gestão própria. [...] misturaram as gestões financeiras das duas entidades, sem cuidar que tratam de realidades distintas, com âmbitos diferentes e que visam finalidades distintas.”
	E2	“[...] nesta altura, não sei se seria positivo [...] não se resolve nenhum problema se não se resolver o problema do financiamento [...] não podemos andar sempre a fazer alterações aos modelos [...] continua a haver falta de avaliação [...] e controlo [...] Não defendo que a gestão da ADM tenha de sair do IASFA”
	E3	“Em primeiro lugar, terá de ser discutido o modelo de financiamento. Se fica no IASFA ou numa Direção do Ministério, não é o mais importante [...] já não se trata de ter ou não de descontar para o sistema de saúde, mas é necessário saber se os descontos estão [...] a suportar despesas que não deveriam suportar.”
	E4	“[...] deverá existir um desacoplar da pressão [...] sobre a ADM, com o apoio do Estado. Resolvendo o financiamento da ADM, não sinto que exista necessidade”
	E5	“[...] O modelo do IASFA resulta, poderia resultar melhor se tivesse sido resolvido o problema estrutural da ADM. [...] Nesta altura, poderia não haver, propriamente, vantagens se isso acontecesse. [...] para sair, só vejo uma alternativa que garanta o melhor serviço aos beneficiários, que é para a ADSE.”
	E6	“Francamente não sei. Pode fazer sentido, estar ligada à área da saúde dos Ramos ou da própria DIRSAM, poderia ter vantagem, mas poderia perder expressão.”
	E7	“[...] a separação teria como principal vantagem a clarificação do financiamento destinado [...] à ASC e à ADM. [...] desvantagem de duplicação de estruturas”
	E8	“Não tenho elementos [...] de que a separação da ADM da mesma entidade que é responsável pela ASC se afigure como a melhor solução. [...] a forma como a “integração” foi feita, em 2005, criou enorme entropia no funcionamento e gestão da ASC, por ter deixado por clarificar o modelo de financiamento”
	E9	“É exatamente esse o modelo que defendemos. ADM e ASC são completamente distintas e como tal terão de ser geridas de forma completamente autónoma”
	E10	“[...] é urgente retirar a ADM do seio do IASFA [...] quem nos exige a permanente prontidão, disponibilidade e saúde física e mental para o exercício da missão [...] tem de ter a responsabilidade de pagar, de suportar e facultar os meios de assistência à saúde para a nossa efetiva resposta.”
Q7	E1	“Tudo o que aproxime os militares do IASFA será positivo. Mas essa aproximação tem de sentir o IASFA como coisa sua, sentir a ASC que do IASFA se espera.”
	E2	“Penso que sim. [...] é necessário encontrar outras formas de reforçar essa ligação [...] os próprios beneficiários devem sentir-se representados [...] é adequado, exequível e apropriado que seja criada uma estrutura de defesa do interesse dos beneficiários [...] e de estarem presentes na avaliação e no processo de decisão”



	E3	“Uma parte, terá a ver com comunicação [...] a maioria dos equipamentos [do IASFA] estão nos grandes centros, [...] as pessoas têm a ideia que não iriam beneficiar nada, porque [...] não existem noutras zonas do país [...] só faz sentido se o IASFA estender a ação a todo o território e apoios às várias fases da vida”
	E4	
	E5	“Há toda a vantagem em colaborar com os Ramos e reforçar a ligação e articulação entre os Ramos e o IASFA. Procurou fazer-se um Seminário [...] palestras em vários fóruns [...] Foi atualizado o portal, criada a newsletter e tenta-se chegar aos beneficiários através dos CAS. [...] procura-se dar a conhecer o IASFA.”
	E6	“Há uma vertente de divulgação que é importante. [...] até determinada idade os militares não se preocupam com este tipo de apoios, o que explica algum desse desconhecimento. [...], e também porque não acreditam muito no sistema. [...] que é deficitário [...] Outro tipo de ligação não iria alterar muito as coisas.”
	E7	“Possivelmente os serviços e equipamentos do IASFA carecem de mais e melhor divulgação [...] Mais do que a criação de outra ligação formal [...] seria mais importante a gradual adequação dos equipamentos e serviços do IASFA às necessidades da família militar, bem como a dinamização da sua divulgação [...]”
	E8	“nenhuma organização se pode ater a modelos de comunicação exclusivamente formais/institucionais [...] indispensável que o IASFA desenvolva uma estratégia de comunicação eficaz junto dos beneficiários [...] e valências de apoio diversificadas, que atendam às necessidades de cada um dos segmentos de beneficiários”
	E9	“Sem dúvida. O modelo organizacional atual está errado. O modelo de gestão também. Os Ramos têm de ser muitíssimo mais envolvidos na execução porque são parte interessada e muito beneficiada ficaria a Família Militar se tal ocorresse [...] o próprio Conselho Consultivo, além de ser “consultivo”, mal funciona”
	E10	“[...] As matérias da ASC devem ser, devida e prioritariamente, divulgadas pelos Ramos das FFAA, a começar nas escolas. [...] importa rever o modo de funcionamento da Direção, formas de representação e mecanismos de ligação e intervenção dos beneficiários [...] assegurando a sua credibilidade [...]”
Q8	E1	“Tenho essas valências como inquestionáveis e prioritárias. Mas o IASFA tem de estar atento a outras, apoio à escolaridade de militares e dependentes e habitação, são exemplos. Assim haja recursos. É melhor cobrir bem duas áreas do que cinco mal [...] a área da habitação levanta problemas difíceis [...]”
	E2	“Primeiro, o IASFA tem de se credibilizar e resolver os grandes assuntos, a ADM e na ASC [...] pode ter um papel importante, através do património imobiliário [...] que é necessário cuidar, para [...] os que estão colocados perto desses centros urbanos [...] e, por uma questão de igualdade, para os que estão afastados [...]”
	E3	“Sim, concordo que sejam as áreas prioritárias. No caso dos infantários e creches deveria ser alargado, incluindo em termos geográficos [...] Haverá outras valências importantes, mas as limitações financeiras, provavelmente, não o permitiriam”
	E4	“Há margem para melhoria [...] entre a infância e o apoio a idosos. [...] proporcionar às pessoas condições de promoverem o seu bem-estar, para sentirem que a organização que servem cria oportunidades para isso, seja de forma direta ou através de protocolos [...] também [...] social, artes, cultura, entre outros [...]”
	E5	“[...] não quer dizer que as outras não sejam, mas o apoio a idosos é indiscutível. Não só ao nível das ERPI, [...] como o apoio domiciliário, que temos que procurar assegurar [...] O apoio à infância [...] a única resposta que temos é no Alfeite, que apresenta os números mais negativos [défice financeiro]”
	E6	“Essas são claramente as áreas em que o IASFA pode fazer a diferença. [...] embora fosse interessante a atribuição de bolsas para acesso a estudos, por exemplo”
	E7	“[...] seria de todo necessário e urgente, desenvolver/melhorar as capacidades já existentes e o apoio domiciliário, seja através de protocolos com empresas externas, seja na criação de equipas internas, bem como desenvolver os lares, atribuindo aos Ramos algum deste desenvolvimento, por exemplo”
	E8	“quando pensamos em ASC associamos à proteção das faixas de população mais fragilizadas e menos autossuficientes [...] O impacto pretendido com a ASC é atenuar a situação de desvantagem [...] as valências referidas reconhecem os segmentos etários (extremos) como os mais carecidos de apoio”
	E9	“Essas são valências determinantes [...] as valências devem dar resposta a todas as fases de vida do militar, não só limitando às duas aqui referenciadas [...]”
	E10	“De facto, essas são áreas de grande preocupação e interesse. [...] Entre estes dois extremos haverá necessariamente outros aspetos que carecem igualmente de atenção, como, por mero exemplo, residências para estudantes universitários, apoios escolares diversos, apoios a obras em casa, etc. [...]”
Q9	E1	“Não acho que deva ser preocupação do IASFA. A ASC deve ser a que se acha adequada, justa e possível. Se gerar atratividade para a carreira militar, ótimo.”
	E2	“Não tenho dúvidas. [...] o caso das creches, é um caso de sucesso [...] o que o IASFA faz, faz com qualidade, o que é importante é fazer chegar a todos os que precisarem. [...] os serviços do IASFA são muito procurados, existindo listas de espera [...]”
	E3	“Não conheço estudos que identifique este assunto. A ASC nunca foi identificada como um dos motivos que leva os jovens a abraçar a carreira militar [...]”



	E4	“Sim, [...] trata-se de adequar a oferta que o IASFA pode disponibilizar em função daquilo que os jovens valorizam, nessa altura da vida. Poderia criar-se um incremento de atratividade, sem sobrecarregar o sistema. O importante será identificar o que as pessoas valorizam na faixa de idades que se pretende atrair.”
	E5	“Há várias coisas em que podemos contribuir. Nós, IASFA e FFAA, temos esse potencial. Trata-se de encontrar o melhor modelo para o rentabilizar [...] se a articulação entre IASFA e FFAA se conjugar, há toda a vantagem para os beneficiários e restantes stakeholders. Acho que é possível dar esse tipo de resposta.”
	E6	“No meu entender, não é relevante. Não porque não tenha potencial, mas teria de ser efetivamente distintivo e ter a montante um processo de divulgação positiva”
	E7	“face ao preço da habitação [...] justifica-se a dinamização [...] do atual parque habitacional do IASFA, para os militares mais jovens [...] e que se encontram deslocados das suas residências familiares. [...] as Casas do Estado, localizadas junto às UEO [...] deveriam ser integradas no parque habitacional do IASFA”
	E8	“[...] também neste âmbito, a ASC deve ser equacionada como podendo impactar positivamente no acervo de “incentivos” para recrutar e reter [...] procurar ter respostas para as suas necessidades [...] O papel dos Ramos é atuar de forma concertada, em colaboração com o IASFA [...] para responder às necessidades”
	E9	“[...] é fundamental que o IASFA dê resposta a todas as fases da vida do militar [...] infantários, residências académicas, [...] férias e lazer, habitação condigna, empréstimos sociais, apoio a idosos [...], messes residências, [...] as FFAA, também por esta via, mas não só, se tornarão muito mais atrativas. [...]”
	E10	“[...] devidamente divulgados e exercidos, [...] são mecanismos fundamentais para a atratividade e retenção de pessoal [...] Mas, para que o efeito seja eficaz, importa tratar bem quem já se encontra nas fileiras. [...] é um trabalho que os Ramos têm de desenvolver [...] em concertação com a Direção do IASFA”
Q10	E1	“Em conceito sim, mas será difícil e até discutível.”
	E2	“[...] vai [...] aumentar a pressão sobre os militares [...] será um vetor a explorar devidamente, e a Defesa deverá ter essa noção [...] temos nas fileiras três relações com o vínculo, para efeitos de pensões [...] há quem não percebe o que isso afeta na coesão [...] o IASFA poderá ter um papel relevantíssimo [...]”
	E3	“[...] o problema terá de ser resolvido a montante, em termos institucionais e não ter de ser compensado pela ASC. [...]”
	E4	“Em primeiro lugar, seria importante criar essa sensibilização. [...] disponibilizar um simulador que permitisse determinar o valor da pensão [...] permitindo determinar os descontos necessários, para um sistema complementar, que permitisse compensar a quebra no valor da reforma, tipo PPR, gerido pelo IASFA [...]”
	E5	“[...] sim acho que o IASFA pode ter um papel importante a desenvolver nesse sentido. Mas isso requer uma leitura e capacidade de intervenção [...] tem de haver já algum esforço, nomeadamente, atualizando o valor das mensalidades das ERPI, para desenvolver a capacidade do IASFA, olhando para o futuro.”
	E6	“Não me parece que exista margem, face à quebra que poderá verificar-se nas pensões [...] terão de criar as suas próprias iniciativas [...] A ASC poderá atenuar [...] mas não seria significativo. Noutros países [...] têm efetivamente uma estrutura de apoio ao seu pessoal [...] situação que dificilmente existiria em Portugal”
	E7	“[...] qualquer produto que venha a ser constituído no âmbito do ASC [...] terá que ser mais vantajoso que os oferecidos pelo mercado [...]”
	E8	Evidentemente, e correndo o risco de me repetir, esse é o seu desígnio, o apoio à família militar.”
	E9	“[...] Não me parece que a idade da reforma para os militares” acompanhe a “das Carreiras Gerais [...] as baixíssimas pensões de reforma [...] resultam de um erro [...] será objeto de revisão. [...] a contribuição que o IASFA poderá e deverá dar para atenuar estas infelizes realidades, parece-nos ser evidente [...]”
	E10	“Face a esse cenário, o IASFA, através da ASC, não só poderá como deverá contribuir para atenuar esses efeitos no necessário apoio às necessidades da Família Militar, em todo o seu espectro, exercendo os trabalhos e valências de um efetivo serviço de ASC.”
Q11	E1	“Em tese, acho interessante.”
	E2	“Sem dúvida. [...] a longevidade, pós vida ativa, vai exigir [...] complementos para as pensões [...] a saúde, e [...] um propósito. [...] alguns têm mais facilidade de se adaptar, outros sentem-se melhor [...] em organizações, com tarefas estruturadas [...] tem de haver investimento inicial [...] depois será mais fácil manter”
	E3	“Concordo inteiramente. [...] Para quem está na reforma, entendo mais como uma atitude altruísta, para quem está na reserva entendo mais como um dever.”
	E4	“Sim, poderia. [...] existir a possibilidade de se manterem junto de uma cultura que lhes é bem conhecida, favorece todas as partes. É uma boa oportunidade, seguramente com benefícios. Será necessário que esse pessoal tenha o perfil adequado à função a desempenhar, porque nem toda a gente sabe fazer voluntariado.”
	E5	“Está-se a pensar desenvolver um programa desta natureza.”
	E6	“É uma solução possível. Em termos de princípio julgo que valeria a pena explorar essa possibilidade.”



	E7	“[...] deveria constituir uma aposta a levar muito a sério [...] pois permitiria que [...] se continuem a sentir úteis à sociedade e [...] aos camaradas mais idosos”
	E8	“Indiscutivelmente. [...] Adequadamente enquadrado, é uma solução ganhadora para todos, os destinatários, a instituição e os voluntários.”
	E9	“Nada contra o voluntariado por parte dos/as camaradas reformados [...] desde que seja em regime de complementaridade [...] Apenas e só nestas circunstâncias. [...] esta possibilidade constituiria até um incentivo importante [...] como que uma “terapia” que lhes permitiria manter-se com uma vida ativa [...]”
	E10	“Esse é assunto que carece de uma análise mais atenta. Obviamente que os militares aposentados não ficam incapazes [...] poderão dar, em circunstâncias muito específicas, o seu contributo e apoio. Mas também não podem ser vistos como a solução para um problema que é muito mais vasto e sério.”
Q12	E1	“Em matéria de princípio sim. Mas na prática como fazer cessar algumas práticas de ASC após saírem das fileiras. Seria fácil? Que exploração suscitaria?”
	E2	“Penso que sim. [...] quando entram para a organização, estão numa fase da vida muito importante [...] de desenvolvimento familiar [...] Não faz sentido que o regime de contrato não esteja provido de ASC [...] o regime de contrato no futuro poderá prolongar-se por muito mais tempo, como acontece noutros países [...]”
	E3	“Considero que sim. Como profissionais que são, estando sujeitos aos deveres da CM, por maioria de razão, também deviam ter direito às mesmas compensações”
	E4	“Sim, devem ter os mesmos direitos, e haveria vantagens. Por exemplo a atribuição de habitações, criaria condições [...] de contribuir para a natalidade”
	E5	“Essa é uma proposta que queremos discutir com os stakeholders [...] o equilíbrio financeiro foi o principal ponto de preocupação, que queremos ver consolidado. [...] São profissionais, que trabalham lado a lado com os militares dos Quadros Permanentes, não faz sentido não fazerem parte dos beneficiários da ASC [...]”
	E6	“Sim. Não lhes deveria ser vedado esse acesso. [...] Em termos de princípio não me suscita reservas, [...] para os próprios, não sei se teria interesse”
	E7	“[...] sim, mas apenas a serviços e equipamentos [...] compatível com o período de duração de contrato [...] fique garantida a continuidade do pagamento [...]”
	E8	“Não gosto de desconsiderar hipóteses sem estudos [...] sopesadas as suas vantagens e inconvenientes [...] a ter em conta no equacionar de valências e medidas de apoio capazes de dar resposta às suas necessidades [...] Identificadas que sejam há que avaliar da capacidade/possibilidade de as acolher favoravelmente.”
	E9	“[...] Não só me parece vantajoso como da mais elementar justiça e um incentivo importante quer para o recrutamento quer para a retenção, salvaguardadas que sejam todas as inúmeras alterações que se exigem em termos organizacionais, estruturais e de valências do IASFA, que hoje objetivamente não se verifica [...]”
	E10	“Mas é óbvio! Essa é uma injustiça que tem de ser corrigida. Se esses militares [...] e exercem as funções militares como todos os outros, como é que se aceita que não façam parte do todo? A sua segregação alimenta animosidade [...] é um universo que não deve ser excluído da ASC do IASFA.”
Q13	E1	
	E2	“[...] determinado tipo de alterações legislativas que afetam, [...] decisões familiares, [...] termos de pedir ao nosso agregado familiar que tome determinadas opções, que resultam em tratamentos de desigualdade perante outras áreas da sociedade. Por exemplo, os cônjuges tiveram de optar entre a ADM e a ADSE [...]”
	E3	
	E4	“[...] para quem entra, mas também para quem está na organização e [...], precisa de ajuda, é muito importante ter um “Porto de abrigo” a que possa recorrer”
	E5	
	E6	“[...] os militares não deveriam ter de pagar para ter acesso ao que está previsto como um direito [...] podia existir uma quotização para a ASC, mas voluntária, o mesmo [...] para a ADM. [...] a LBGECEM é para ser cumprida, o que não se verifica. As chefias militares deveriam ter uma ação mais assertiva junto da tutela.”
	E7	“[...] os militares, pela inerência das obrigações e riscos a que estão sujeitos [...] e das limitações estatutárias que lhe são impostas, têm legitimidade para almejar ao acesso a um ASC cuja perceção está longe de ser o desejável, sendo que o atualmente já existe não se encontra suficientemente divulgado”
	E8	“[...] haverá sempre que não excluir soluções alternativas, que se afigurem adequadas, aceitáveis e exequíveis, desde que sustentadas [...]”.
	E9	
	E10	“[...] durante muitos anos o IASFA serviu, como “mecanismo de regulação de carreiras” [...] para permitir a promoção [...] sem cuidar das valências [...] e das necessidades dos próprios serviços do IASFA [...]”